

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

Meirecler Mieto

**O JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”, NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL.**

Sorocaba/SP
2009

Meirecler Mioto

**O JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”, NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Dr. Paulo Celso da Silva

**Sorocaba/SP
2009**

Meirecler Mieto

**O JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”, NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass. _____
1º Exam.: Dr. Paulo Celso da Silva
Universidade de Sorocaba – UNISO.

Ass. _____
2º Exam.: Dr. Rodrigo H. Gonzalez Ruiz
Escola Superior de Administração e
Marketing e Comunicação - ESAMC.

Ass. _____
3º Exam.: Dra. Luciana C. Pagliarini
de Souza
Universidade de Sorocaba - UNISO

Dedico este trabalho.

Aos meus filhos, Luiza e Maurício, pelo carinho e compreensão.

Ao meu marido, Gerson pelo constante apoio.

AGRADECIMENTOS

Ao percorrer esta jornada, muitas barreiras tiveram que ser transpostas, para conseguir cumprir todo programa de pós-graduação, todavia, isto foi possível com a contribuição de várias pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram; em especial a todo corpo docente que me iluminou a mente com conhecimento; e assim, perceber que o saber é infinito.

Ao meu orientador Dr. Paulo Celso da Silva, a Prof^a Dra. Luciana C. P. de Souza e ao Prof. Dr. Rodrigo Hernan Gonzalez Ruiz, que contribuíram, consideravelmente nas orientações para elaboração desta dissertação.

Ao meu amigo Flavio A. Fidêncio, primeira pessoa a me incentivar à participar do processo de seleção deste programa de mestrado.

Aos meus colegas de classe que com suas presenças, transformaram as horas de aula em momentos de prazer.

A Prof. Dra. Maria Lucia de Amorim Soares, meu exemplo à seguir.

Aos meus filhos e marido pela compreensão das horas que não foram possíveis estarmos juntos e pelos incentivos, que me fizeram prosseguir.

A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original. (Albert Einstein)

RESUMO

Esta pesquisa é fruto de um trabalho desenvolvido no Curso de Mestrado em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba - UNISO, com o objetivo de investigar a Análise de Conteúdo de textos publicados no jornal “O Estado de S. Paulo”, no ano de 2007; abordando os aspectos comerciais e o processo de integração do Mercosul; com intuito de entender como o jornal demonstra, aos seus leitores, os acontecimentos que se desenrolam dentro do bloco econômico, bem como, a sua ideologia contida na apresentação dos fatos; a frequência dos assuntos que motivaram a veiculação jornalística; os interesses dos países membros; e, a sua contribuição para a consolidação do bloco como um ator importante no desenvolvimento das economias, que os países membros representam na geopolítica econômica.

Os meios jornalísticos têm a função de institucionalizar e levar ao público notícias as quais julguem relevantes e que sejam construídas como forma de levar informação clara e objetiva, excluindo sua característica persuasiva; no entanto, a cultura e a ideologia estão caracterizadas no texto, repercutindo nas diferentes formas de interpretações individuais, motivo pelo qual, foram objetos de estudo deste trabalho.

A pesquisa também se prendeu na leitura e interpretação da formação do Mercosul e nas características culturais e ideológicas, como fatores influenciadores dos governantes dos países membros, em suas tomadas de decisões que envolvam o comprometimento do bloco, bem como, nas produções dos textos jornalísticos, dentro da característica da empresa e de seus colaboradores e/ou correspondentes. Foi constatado que o jornal, na maioria das vezes, não deixa claro, ao leitor, a posição atual do bloco, o comprometimento dos países membros com a sua consolidação; e aponta, com certa frequência, a fragilidade de sua integração.

Palavras-Chave: Imprensa Escrita. Comunicação e Ideologia. Mercosul. Cultura. Integração.

ABSTRACT

This research is fruit of a work developed in the master's degree program in Communication and Culture of Universidade de Sorocaba – UNISO, aiming at researching, with the Content Analysis for a tool, texts published in the “O Estado de S. Paulo” newspaper in 2007; approaching the commercial aspects and the integration process of Mercosul (Southern Common Market); understanding the way the newspaper presents, to its readers, the events that take place in the economic bloc, as well as the ideology within the presentation of the facts; the frequency of the subjects that motivate the journalistic work; the interests of the member countries; and its contribution for the consolidation of the bloc as an important player in the development of the economies, represented by the member countries in the economical geopolitics.

The press has the function to institutionalize and take to the public the news pieces it judges relevant and composed in such a way as to bring clear and objective information, leaving aside its persuasive characteristic; nevertheless, culture and ideology are characterized in the text, having a repercussion in the different forms of individual interpretations, being that the object of this study.

The research has also focused on reading and interpreting the formation of Mercosul and on the cultural and ideological characteristics, as influencing factors for the governs of the member countries in the decisions that involve the jeopardy of the bloc, as well as in the production of newspaper articles, within the characteristics of the company and its employees and/or correspondents. It has been verified that the paper, most of the times, does not make clear, to the reader, the current position of the bloc, the commitment of the member countries with its consolidation; and it points out, with a certain frequency, the frailty of its integration.

Key Words: Written Press. Communication and Ideology. Mercosul. Culture. Integration.

RESUMEN

Esta pesquisa es fruto de un trabajo desarrollado en el Curso de Máster en Comunicación y Cultura de la Universidad de Sorocaba-UNISO, con el objetivo de desarrollar el Análisis del Contenido de textos publicados en el diario "O Estado de S. Paulo", en el año 2007; abordando los aspectos comerciales y el proceso de integración del Mercosur; con el propósito de entender cómo el diario demuestra a sus lectores los acontecimientos que ocurren dentro del bloque económico, así como su ideología contenida en la presentación de los hechos; la frecuencia de los asuntos que motivaron la divulgación periodística; los intereses de los países miembros; y su contribución a la consolidación del bloque como un actor importante para el desarrollo de las economías que los países miembros representan en la geopolítica económica.

Los medios periodísticos tienen la función de institucionalizar y llevar al público noticias que les parezcan relevantes y que sean construidas como forma de llevar información clara y objetiva, excluyendo su característica persuasiva, pero la cultura y la ideología están caracterizadas en el texto, repercutiendo en las diferentes formas de interpretaciones individuales, lo que fue objeto de estudio de este trabajo.

La pesquisa se fijó también en la lectura e interpretación de la formación del Mercosur y en las características culturales e ideológicas, como factores influyentes de los gobiernos de los países miembros, en la toma de decisiones que envuelvan el compromiso del bloque, así como en la producción de los textos periodísticos, dentro de la característica de la empresa, de sus empleados y/o corresponsales.

Se constató que el diario, muchas veces, no deja claro al lector la posición actual del bloque, el compromiso de los países miembros, con su consolidación; y señala, con cierta frecuencia, la condición de fragilidad de su integración.

Palabras Claves: La prensa escrita. Comunicación e ideología. Mercosur. Cultura. Integración.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI – Associação Latino Americana de Integração

ALALC – Associação Latino Americana de Integração

BID – Banco Interamericano de

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BIS – Banco de Ajustes Internacionais

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GMC – Grupo Mercado Comum

IED – Índice de Desenvolvimento Econômico

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – Tratado Norte Americano de Livre Comércio

NALADI – Nomenclatura Comum da ALADI

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica

TEC – Tarifa Externa Comum

TIFA – Acordo Marco de Comércio e Investimento

TLC – Tratado de Livre Comércio

UE – União Européia

UNASUL – União das Nações Sul Americanas

LISTAS DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela I - Indicadores Macroeconômicos chaves do Mercosul: 1997.....	25
Tabela II - Porcentagens de Redução de Imposto de Importação – Países do Mercosul.....	26
Tabela III - Quantidade de Resíduos dos itens da NALADI, para redução Imposto de Importação do Mercosul.....	26
Tabela IV - Intercâmbio comercial, setor automotivo – Brasil/Argentina de 1997 a 1999.....	37
Tabela V - Balança Comercial Brasil/Mercosul (2003/2004).....	38
Tabela VI - Variáveis Econômicas Mercosul (Período 1991-2005).....	40
Tabela VII - Balança Comercial Brasil/Mercosul (2005/2007).....	41
Tabela VIII - População/PIB no Mercosul (2007).....	46
Tabela IX - Quantidade Notícias Publicadas – Mercosul (2007).....	71
Tabela X - Categorias de Conteúdos Publicados Jornal “O Estado de S. Paulo”	73

GRÁFICOS

Gráfico I - Quantidade total de Notícias Publicadas por Caderno do Jornal “O Estado de S. Paulo”.....	72
Gráfico II - Espaço publicado sobre Argentina.....	74
Gráfico III - Espaço publicado sobre Paraguai.....	77
Gráfico IV - Espaço publicado sobre Uruguai	80
Gráfico V - Espaço publicado – Notícias Gerais.....	83
Gráfico VI - Espaço publicado sobre Mercosul (total).....	93
Gráfico VII - Categorias por país do Mercosul.....	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CONSTITUIÇÃO DO MERCOSUL.....	19
2.1 ANTECEDENTES A CONSTITUIÇÃO.....	19
2.2 FORMAÇÃO DO BLOCO ECONÔMICO.....	24
2.3 ADMINISTRAÇÃO DO BLOCO ECONÔMICO.....	28
2.3.1 Administração Preliminar.....	28
2.3.2 Administração Posterior a Constituição do Bloco Econômico.....	30
2.4 AGRAVANTES DA INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL.....	32
2.4.1 Agravantes Comerciais.....	32
2.4.2 Agravantes Sociais.....	42
2.5 PERSPECTIVAS DE FUTURO DO MERCOSUL.....	46
3 INFLUÊNCIA DOS FATORES CULTURAIS E IDEOLÓGICOS NA LINGUAGEM JORNALÍSTICA.....	49
3.1 FATORES CULTURAIS.....	49
3.2 FATORES IDEOLÓGICOS.....	51
3.3 A LINGUAGEM JORNALÍSTICA.....	58
4 A “ANÁLISE DE CONTEÚDO” NA VISÃO DE INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL, DO JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO.....	61
4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	61
4.1.1 Evolução da Análise de Conteúdo.....	61
4.1.2 Meios para Análise de Conteúdo.....	63
4.1.3 Unidade de Registro e Contexto.....	65
4.1.3.1 Unidade de Registro.....	65
4.1.3.2 Unidade de Contexto.....	66
4.1.4 A Inferência na Análise de Conteúdo.....	67
4.1.5 Tipos de Análises de Conteúdo.....	67
4.1.5.1 Análise Categorical.....	68
4.1.5.2 Análise de Avaliação.....	69
4.2 PERFIL DO JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”.....	69
4.3 VISÃO PANORÂMICA DO JORNAL COM O MERCOSUL.....	71
4.3.1 Visão Geral.....	71
4.3.2 Visão - Argentina.....	74

4.3.3 Visão - Paraguai.....	77
4.3.4 Visão - Uruguai.....	79
4.4 OUTROS ENUNCIADOS DO JORNAL.....	82
4.4.1 Cúpula do Mercosul.....	83
4.4.2 Acordos com países fora do bloco.....	85
4.4.2.1 Acordos com Asean – Associação das Nações do Sudeste Asiático	85
4.4.2.2 Acordos com Israel.....	86
4.4.2.3 Acordos com a União Européia.....	87
4.4.3 Notícias Gerais.....	87
4.4.4 Editorial do “Estado”.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	97
FONTES DE IMPRENSA - JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”.....	102
APÊNDICE A – Tabela Notícias Publicadas – Mercosul (Geral).....	106
APÊNDICE B – Tabela Notícias Publicadas – Mercosul (Argentina).....	107
APÊNDICE C – Tabela Notícias Publicadas – Mercosul (Paraguai).....	108
APÊNDICE D – Tabela Notícias Publicadas – Mercosul (Uruguai).....	109
ANEXO A – Artigos Jornal “O Estado de S. Paulo” - Argentina.....	110
ANEXO B – Artigos Jornal “O Estado de S. Paulo” - Paraguai.....	122
ANEXO C – Artigos Jornal “O Estado de S. Paulo” - Uruguai.....	130
ANEXO D – Artigos Jornal “O Estado de S. Paulo” Cúpula do Mercosul.....	142
ANEXO E – Artigo jornal “O Estado de S. Paulo” – ASEAN.....	154
ANEXO F – Artigos jornal “O Estado de S. Paulo” - Israel.....	156
ANEXO G – Artigos jornal “O Estado de S. Paulo” - UNIÃO EUROPÉIA.....	160
ANEXO H – Artigos jornal “O Estado de S. Paulo” - NOTÍCIAS GERAIS.....	164
ANEXO I – Artigos jornal “O Estado de S. Paulo” - “EDITORIAL”.....	169

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação propôs a analisar as publicações do jornal O Estado de S. Paulo, no ano de 2007, sobre o aspecto comercial do Mercosul, compreendendo todas as tentativas e efetivações de acordos entre os países membros, suas dificuldades e acertos, bem como sua representação junto ao mercado mundial.

A escolha em focalizar a parte comercial vem de encontro com a razão primordial da constituição do Bloco; e de representar um dos elementos mais importantes de suas negociações, todavia, alguns problemas de ordem política e econômica interna de cada país membro também foram abordados, pois, interferem substancialmente nos acordos realizados.

O enfoque, para o estudo do jornal em questão, parte do seguinte princípio: por ser um dos jornais mais antigos do país, por possuir uma grande tiragem; fazendo parte de uma das maiores empresas jornalísticas; constituindo-se numa importante formadora de opinião a respeito do tema abordado.

Sendo assim, foi escolhido o jornal para análise, como uma mídia, a qual, assim como outras, fazendo uso da comunicação se faz presente na estrutura política, econômica social da sociedade onde está inserida. A comunicação se faz através da mediação, trazendo a realidade para a sociedade. Como diz Sousa (2002, p. 122), “[...] os meios jornalísticos mediatizam o nosso conhecimento das realidades que não conhecemos e propõem-nos, logo à partida determinadas interpretações para essas mesmas realidades”.

Os *news media* estão a cada dia mais presentes em nossa sociedade globalizada, em que a ciência e a tecnologia trazem inovações e transformações nas formas de divulgação, uma vez que os acontecimentos conseguem ser transmitidos em tempo real, senão, em um curtíssimo tempo entre o acontecido e o divulgado, além disso, a divulgação dos acontecimentos que se realiza através da comunicação, se torna a cada dia mais importante para o desenvolvimento da sociedade moderna, pois com a internacionalização, um fato ocorrido do outro lado do mundo pode influenciar consideravelmente em uma tomada de decisão, política, econômica ou até mesma social.

Segundo Ferguson (1990 apud WOLF, 2001, p. 16-7),

Nuestra relación com el espacio y el tiempo há perdido realidad a escala planetaria y las nuevas tecnologías (televisión, telemática, informática, electrónica) han tenido um papel determinante al respect. Estas tecnologías actúan de manera instantánea y en vários lugares a la vez, siendo capaces de anular las distancias y eliminar las relaciones espaciales y al mismo tiempo comprimiendo las duraciones, que quedan reducidas a fracciones infinitesimales, inaccesibles a la experiencia humana, e incluso quizás a la comprensión humana, como el psicosegundo y el nanosegundo.

Não há como retrocedermos a esta realidade que está enraizada no mercado mundial midiático, influenciando todos os meios de comunicação. Mesmo os jornais que representam um dos meios mais antigos, utilizam-se das recentes tecnologias para poder interagir com o mercado global e o consumidor final.

As notícias veiculadas nos jornais, através de suas colunas específicas; têm caráter informativo e formador de opinião, passando aos leitores, idéias e posições de defesas de interesses de grupos, proporcionando-lhes condições de julgamento dos fatos nacionais e internacionais.

A imprensa não se atém simplesmente a divulgar, mas também a insinuar fatos, lançar idéias que, muitas vezes, sutis informações dependem para tomadas de decisões empresariais e política.

Segundo Melo (1994, p. 138), “a coluna tem fisionomia levemente persuasiva. Não se limita a emitir uma simples opinião. Vai mais longe: conduz os que formam a opinião pública, veiculando versões dos fatos que lhes darão contorno definitivo”.

Com a globalização, a forma de divulgação dos fatos também se internacionalizou, pois muitas notícias não são genuínas, extraídas de sua origem, mas são recebidas de agentes internacionais para serem divulgadas nos mais diferentes meios de comunicação e de localização geográfica, fazendo o jornal parte destes e para ganhar público a imprensa age de forma a espetacularizar a informação.

No artigo divulgado pelo Jornalista Luciano Martins Costa, em 13 de junho de 2006, no Observatório da Imprensa, as redações da imprensa americana estão desacreditadas e, por sua vez, as brasileiras e de outras nacionalidades, pois isso age como efeito dominó dentro da transnacionalidade,

As redações enfrentam uma crise de credibilidade sem precedentes . As principais razões seriam os numerosos casos de plágio, história inventadas e reportagens pobres. Além disso os leitores vêem uma contradição entre a cultura corporativa e as grandes margens de lucro dos jornais americanos e seu papel como provedor de serviço comunitário.

Os meios jornalísticos têm a função de institucionalizar e levar ao público notícias as quais julguem relevantes e sejam construídas como forma de levar informação. Para Tuchmann (1978 apud SOUSA, 2002, p. 142), “a notícia tipifica ou legitima movimentos sociais e significados, estandardizando formas de ver a realidade”.

Esta pesquisa se justifica, por nossa leitura assídua das notícias jornalísticas e por percebermos que, em suas publicações se apresenta, constante e sutilmente, uma possível desintegração parcial ou total do Mercosul.

Nosso interesse no tema também advém pela constatação dos conflitos entre os países membros, possuidores de ‘espírito de soberania nacional’, no sentido de agirem individualmente em acordos com outros países, transpondo uma linha de atuação que iria conflitar com os interesses internos; e, não menos importante, nossa atividade profissional na área de Comércio Exterior, em empresa privada por mais de vinte anos e na atividade docente, ministrando disciplinas relacionadas a área internacional.

Para a pesquisa em questão, buscou-se o auxílio da técnica denominada Análise de Conteúdo, da obra de Laurence Bardin (1970, p. 11), que a define como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a <<discursos>> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”; que a autora desta dissertação realizou, auferindo sobre os textos jornalísticos publicados. Para tanto, foram levantados os seguintes questionamentos:

- a) Qual a visão geral, feita pelo Jornal com relação ao bloco?
- b) O Jornal consegue demonstrar os comprometimentos que cada um dos países membros do Mercosul tem com a sua integração?
- c) O Jornal consegue demonstrar, claramente aos leitores, em qual real estágio de integração o bloco econômico se encontra?
- d) Como o jornal passa aos leitores, sua posição com relação ao Mercosul, dentro das seguintes categorias: Favorável, Neutro ou Desfavorável?

O objetivo desta pesquisa, foi entender como o jornal passa a seus leitores, os acontecimentos que se desenrolam dentro do bloco econômico, bem como, a sua

ideologia contida na apresentação dos fatos; a frequência dos assuntos que motivaram a veiculação jornalística; os interesses dos países membros e a sua contribuição para a consolidação do bloco como um ator importante no desenvolvimento das economias que os países membros representam na geopolítica econômica.

A metodologia de pesquisa utilizada considerou as seguintes formas de abordagem, distribuídas, nos correspondentes capítulos, conforme abaixo:

- Segundo capítulo, onde a pesquisa se inicia, estudamos a constituição do Mercosul, desde os seus antecedentes, formação, administração, agravantes: comercial e social, e perspectivas de futuro, utilizando obras de diversos autores, como: Jayme de Maris Maia, João Bosco Machado, Esther Bueno Soares, Avelino de Jesus, Paulo Vizentini, Marcos Costa Lima, Milton Lourenço, Lúcia Cortes Costa, Paulo Roberto Almeida, Rodrigo H. Gonzalez Ruiz, alguns órgãos ligados as áreas internacionais; e, alguns artigos extraídos da Internet, trazendo mais subsídios para entender a atualidade emergente e o possível futuro do Bloco.

- Terceiro capítulo, para entender como a cultura influencia sobremaneira nas posições individuais das pessoas, utilizamos as obras de: Terry Eagleton, Eliséo Verón e L. S. Vygotsky; no que tange ao entendimento do que vem a ser ideologia e como ela se apresenta em cada um, foram vistas obras de: Mikhail Bakhtin, Terry Eagleton e Eliséo Verón; e por último a linguagem jornalística, estudada com: Nilson Lage, Vladimir Hudec e Silvia R. Bassetto.

- Quarto capítulo, foi estudada a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin e realizada a análise quantitativa dos textos do Jornal “O Estado de S. Paulo”, através de produção de planilhas individuais por país membro e geral, substanciando o embasamento deste capítulo, dividido da seguinte maneira: a) Estudo da Análise de Conteúdo; b) Perfil do Jornal em questão; c) Visão panorâmica do jornal com o Mercosul, onde foram levantadas as quantidades mensais de notícias publicadas, por país membro e geral; d) a quantidade de publicações por Caderno do jornal, Categoria da Notícia: Favorável, Neutro e Desfavorável, onde mostra a conotação passada pelo jornal com referência aos acordos e/ou relacionamentos entre os países membros do bloco; e) inferências sobre as notícias veiculadas, por país membro e geral, especificando o espaço publicado em cada um deles; e, f) análise do Editorial do Jornal, que faz parte do Caderno “Notas e Informações”.

Após a realização dos estudos literários, das leituras sistemática dos textos jornalísticos e das avaliações quantitativas, pode-se obter a imagem refletida do jornal, no processo de integração do Mercosul; e, assim, consubstanciar o entendimento a que este trabalho se propôs.

2 CONSTITUIÇÃO DO MERCOSUL

2.1 ANTECEDENTES A CONSTITUIÇÃO

O desenvolvimento do comércio internacional ascendeu a partir do século XV, quando diversos navegadores europeus chegaram ao Novo Mundo, para tomar posse das terras e suas riquezas, conforme ditava o Tratado de Tordesilhas, assinado anos antes da vinda de Colombo às Américas. Como consequência, o comércio começa a se expandir, surgindo as primeiras letras de câmbio e leis que foram formuladas no século XVI para estabelecer regras comuns na navegação para diferentes países, como o “Consolato del Maré”. Segundo Soares (1997, p. 1), “o que impulsionou o direito entre os povos foi o Tratado de Westfalia de 1648, que garantiu Estados independentes e, desde que surgiu após a guerra religiosa dos trinta anos, também proclamou a igualdade religiosa entre Estados católicos e protestantes”.

Na era dos descobrimentos, muitas rotas de navegação foram descobertas pelos aventureiros que se lançavam ao mar para descobrirem novas terras. Através destas viagens estes aventureiros introduziram muitos produtos na Europa, até então desconhecidos, tornando o comércio cada vez mais lucrativo. Como diz Maia (1997, p. 51), “o comércio exterior cresceu como consequência natural da expansão geográfica do mundo”.

Com a ascensão do mercado, e com o fortalecimento dos governos centrais, o período feudal começa a dar lugar a um período determinado pelo acúmulo de ouro e prata como fator determinante de riqueza de uma nação; assim, as exportações passam a ser mais estimuladas que as importações para que o benefício seja maior e as nações possam acumular mais estes metais preciosos.

Também, o ouro e a prata eram explorados pelas metrópoles dos países detentores destes produtos, obrigando-os a exportá-los para os primeiros, sem absolutamente receber nenhum pagamento por isto.

No século XVIII com a primeira revolução industrial, até início do século XX o comércio cresce gradativamente, expandindo além das fronteiras.

Em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, e por iniciativa da Argentina reuniram-se na cidade de Riviera (Uruguai) os países pertencentes à Bacia da Prata

para debaterem a idéia de criar um bloco alfandegário na região. Poucos meses depois foi assinado um tratado comercial entre Brasil (representado por Oswaldo Aranha) e Argentina (representado por Enrique Ruiz) para um regime de intercâmbio comercial livre entre os países limítrofes; todavia, esta intenção não saiu do papel.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um dinamismo no comércio internacional multilateral que contribuiu para o rápido crescimento econômico mundial. A liberalização comercial e a intensificação econômica dos países europeus, bem como a mudança de paradigmas estabelecidos pelos EUA em negociar acordos preferenciais de comércio com algumas nações, foram imprescindíveis para rever a importância de se estabelecer processos de integração econômica entre os países, abandonando o comércio unilateral.

Sabemos que todo país possui fronteiras econômicas, estabelecendo barreiras que impedem a livre circulação de mercadorias, serviços, capital e mão de obra, o que pode criar dificuldades e mesmo a estagnação para o desenvolvimento econômico.

Na integração entre os países, o mercado geográfico se amplia e tende a efetivar a comercialização de forma mais eficiente. Teoricamente, a integração traz uma dinâmica diferenciada que o país, sozinho, muitas vezes, não teria; possibilitando uma junção no sentido de se estabelecer alocação de recursos, em virtude das preferências comerciais, resultando em benefícios multilaterais, já que haveria redução de preços, aumento da produção e, conseqüentemente, maior desenvolvimento tecnológico e social; também maior poder de representatividade e reivindicações dos países integrados em relação a outros, além disso fortalece o reconhecimento através de sua imagem perante o mundo.

Quanto maior a intenção de se alargar os acordos de integração, maior o conjunto de alterações e adaptações no processo político, econômico e social para se adequar às normas estabelecidas, senão, poderiam se extinguir estes acordos.

A integração dos países traz alguns impactos econômicos no interior de suas sociedades. Na análise de Machado “[...] a integração econômica gera sempre um ganho, em termos de bem-estar, na medida em que representa uma aproximação mesmo que imperfeita do regime de livre comércio” (2000, p.25). Contudo, o mesmo autor levanta a questão de que a expansão do mercado advinda da integração regional, não o isolaria da concorrência internacional? Ao que responde, citando Ostry, para quem “... seria essencial estabelecer mecanismos que garantissem a

compatibilidade entre os acordos regionais e o multilateralismo de forma a evitar conflitos entre suas respectivas regras e a promover a gradual convergência entre os dois esquemas.” (OSTRY 1997, apud MACHADO, 2000 p. 56)

Considerando que um dos fatores que contribuiu para a eclosão da segunda guerra mundial, foi a desvalorização desenfreada das moedas dos países de maior desenvolvimento, de forma manipulada pelos respectivos governos, para estimular a exportação e ganhar o comércio internacional, não de uma forma competitiva (preço, produto, qualidade), mas de uma forma ilícita, após o término da Segunda Guerra, os países reuniram-se em *Bretton Woods* para tomar algumas medidas de ajuda aos países devastados pelo conflito, como também criar um organismo que viesse a ditar as regras para o comércio internacional, inclusive de paridade; assim, em 1948, institui-se o GATT – “General Agreement on Tariffs and Trade” (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que estabeleceu gradualmente etapas na liberação do comércio, trazendo maior liberdade entre as nações. Foram formuladas algumas etapas para a integração das nações, denominadas de: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum, com as seguintes atribuições e desafios:

- Na Zona de Livre Comércio: os países participantes de um bloco econômico eliminam entre si as tarifas alfandegárias (Imposto de Importação) e outras regulamentações comerciais, para a livre circulação de mercadorias, entre os países envolvidos.
- Na União Aduaneira: entende-se que, além de se estabelecer uma zona de livre comércio entre os países envolvidos, também se estabelece uma tarifa externa comum (Imposto de Importação) para os produtos similares originários de países diferentes.
- No Mercado Comum: além de já ter chegado a uma União Aduaneira, os Estados acordam em implementar, além da livre circulação de mercadorias, também a não restrição para a livre circulação de pessoas, serviços e capitais.

Com isto, o Brasil passa a ter sua primeira preocupação e envolvimento com a eliminação dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, participando da criação do acordo estabelecido através da ALALC, Associação Latino Americana de Livre Comércio, em 1960, através do Tratado de Montevideu, onde é criado a Zona de Livre Comércio preliminarmente entre os países: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai e até 1967 também aderiram a este acordo os países: Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

Apesar de os esforços realizados para que este Bloco Econômico tivesse êxito na efetiva aplicação da Zona de Livre Comércio entre os países membros, não atingiu uma completa realização em virtude das diferenças econômicas e das instabilidades políticas. Somam-se a esses fatores o entendimento, naquele momento, da ideologia de soberania nacional e ausência de uma autoridade que fizesse cumprir os acordos estabelecidos, motivos pelos quais a ALALC se extinguiu em 1980.

A ALALC foi substituída pela Associação Latino Americana de Integração-ALADI - em 12/08/1980, com as mesmas nações integrantes, e intuito de desenvolvimento econômico dos países, estabelecidos através de acordos bilaterais ou multilaterais de cooperação econômica.

A Aladi instituiu o Acordo de Alcance Regional e os Acordos de Alcance Parcial. No de Alcance Regional participam todos os países-membros e nos de Alcance Parcial participam apenas alguns países- membros. Como exemplo de Acordo de Alcance Parcial, citamos o MERCOSUL. Essa é a principal diferença entre Alalc e Aladi. (MAIA, 1997, p. 127)

Até 1979 predominava rivalidade e desconfiança entre Argentina e Brasil, não permitindo a evolução de um processo de cooperação mútua, em decorrência de vários fatores de desagrado anteriormente ocorridos entre ambos.

Todavia, com as mudanças políticas e econômicas mundiais, ocorridas a partir da década de 1980, refletindo drasticamente na fragilidade econômica destes países, seus governos representados respectivamente pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, decidiram implementar um projeto de cooperação e integração regional através da assinatura, em Novembro de 1985, da Declaração de Iguazu, acordando alguns fatores fundamentais para o fortalecimento da democracia e juntos superarem o grave cenário mundial. Este tratado foi considerado o embrião do MERCOSUL.

Em 29 de Julho de 1986 foi instituído, através da **Ata I**, o Programa de Integração e Cooperação Econômica – PICE, assinado pelo Brasil e Argentina, no qual foi expresso o interesse em se estabelecer o mercado comum entre ambas as economias com a ampliação do comércio bilateral. Segundo Machado (2000, p. 65), “o acordo deveria ser implementado, respeitando-se os princípios de: flexibilidade, gradualidade, equilíbrio dinâmico e simetria”.

Em 10 de dezembro desse mesmo ano, foi consolidada a constituição do PICE através da assinatura da **Ata II** de Amizade entre Argentinos e Brasileiros, para se aprofundar a estreita relação entre ambos, fortalecendo a democracia, paz e desenvolvimento, possibilitando maior abertura de diálogo bilateral.

Várias contradições ocorreram para se conseguir conciliar as diretrizes do programa com a política econômica interna. Como exemplifica Machado, a política do trigo foi uma delas, pois o Brasil não alterou a política de subsídios à triticultura, afetando o compromisso assumido com a Argentina na incrementação de importação do trigo daquele país.

Com a inflação acentuada em 1987 e as instabilidades econômicas nos dois países, os objetivos em longo prazo, estabelecidos pelo PICE ficaram fragilizados.

Mesmo com esses problemas, em 29 de novembro de 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre a Argentina e Brasil, com o intuito de, no período de 10 anos, efetivarem o processo de integração.

O Tratado previa, numa primeira etapa, a liberação completa de intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argentina e a harmonização das políticas aduaneiras, comercial, agrícola, industrial, de transportes e de comunicação. Numa segunda etapa, os países procederiam à harmonização das demais políticas necessárias à formação do mercado comum. Iniciativas de coordenação das políticas monetárias, fiscal e cambial contempladas no Tratado deveriam fomentar a criação de um cenário de estabilidade das "regras do jogo" propício ao aprofundamento da integração comercial e produtiva entre os dois países. (MACHADO, 2000, p. 66)

Tendo em vista a efetivação dos acordos, a Constituição Brasileira de 1988 exprime a preocupação das políticas internacionais com a formação de uma comunidade latino-americana, conforme podemos constatar no texto abaixo:

Art. 4º - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I -

Parágrafo único – A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, Constituição, 1988 apud SOARES, 1997, p. 15)

Em 1990, com a assinatura da Ata de Buenos Aires, fica registrado o interesse destes países em antecipar para 31/12/1994 a implementação de um mercado comum entre estas nações, com um programa de redução de tarifas e da

eliminação de barreiras não tarifárias; constituindo o Grupo do Mercado Comum, formado pelos Ministros da Economia e Comércio de ambos os países, o qual daria notoriedade sobre as intenções pretendidas e responsabilidade das nações em efetivar os acordos estabelecidos.

Também em Julho de 1990 é assinado pelos governantes da Argentina e Brasil, o Tratado de Estabelecimento de um Estatuto de Empresas Binacionais para estabelecer normas de implementação destas empresas. A binacionalidade refere-se às empresas existindo e funcionando simultaneamente em ambos os países e não apenas para a empresa brasileira com filial na Argentina, ou vice versa. Sendo assim, são empresas juridicamente constituídas, de acordo com a legislação de cada país, onde terão tratamento privilegiado, em sua condição de “dupla nacionalidade” no tocante a mobilidade de capitais e de pessoal (mão de obra). Segundo Almeida (2008), “nesse sentido, as empresas binacionais são o instrumento privilegiado para acelerar o processo de integração do Mercosul, sobretudo no quadro dos acordos setoriais...”.

Estas mudanças econômicas viabilizaram a constituição do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

2.2 FORMAÇÃO DO BLOCO ECONÔMICO

Em 26/03/1991, foi assinado o Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com intenção de incrementar o comércio, a economia e o desenvolvimento destes países, constituindo o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Este Tratado implica os seguintes pontos básicos no artigo I:

- A Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- O Estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum com relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais, regionais e internacionais;
- A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capital, de outras que se acordem-, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e

- O compromisso dos Estados partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Para consolidar a integração, em 20 de agosto de 1991, foi assinado pelo Brasil e Argentina, o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, iniciando uma experiência nas cidades de Foz de Iguazu no Brasil e Puerto Iguazu na Argentina, com a finalidade de efetuar o controle da imigração, da alfândega e fiscalização das cargas e vigilância fitossanitária.

Conforme assinala Saha, (2000), os países do Mercosul são muito assimétricos, tanto econômica quanto socialmente. O Brasil representa o maior país membro, com 69% do PIB e 79% de sua população, estando em 1997 com a renda per capita próxima da metade da Argentina; enquanto o Paraguai, que é o país mais pobre do bloco, com sua renda per capita menos de um quarto da Argentina e menos da metade do Brasil, constituindo diferenças acentuadas em seus níveis de renda.

Indicadores macroeconômicos-chaves do MERCOSUL: 1997

Países	PIB (milhões US\$)	População (milhões)	PIB (per capita em dolares)	PIB real (per capita, em dólares PPP*)	PIB/PIB Real coeficiente
Brasil	786.466	163,7	4.804	6.480	1,35
Argentina	322.730	35,7	9.040	10.300	1,14
Uruguai	18.180	3,3	5.509	9.200	1,67
Paraguai	10.180	5,1	1.996	3.980	1,99
MERCOSUL	1.137.556	207,8	5.574	7.138	1,28

* Paridade do Poder de Compra
(SAHA, 2000, p. 65)

Estes países perceberam que unidos, avaliando as especificidades socioeconômicas, as suas compatibilidades e complementaridades, teriam a possibilidade de adquirirem maior desenvolvimento científico, tecnológico, comercial, econômico e também maior representatividade internacional. Jesus (1993, p.22) comenta sobre o processo de integração: "... o processo de integração constitui uma resposta adequada à evolução mundial e considera-se um novo esforço para estabilização do continente, que assim procura criar uma barreira, buscando esforços para enfrentar os grandes blocos".

A redução das tarifas alfandegárias se processaria gradualmente ano a ano para que as economias dos países fossem se adequando e acostumando com este novo processo que levaria a diminuição na arrecadação do imposto de importação, ficando então, estabelecida a tabela de redução para os países membros do bloco, conforme vemos abaixo:

Percentagens de Redução de Imposto de Importação – Países do Mercosul

30/06/91	31/12/91	30/06/92	31/12/92
47%	54%	61%	68%
30/06/93	31/12/93	30/06/94	31/12/94
75%	82%	89%	100%

(JESUS, 1993, p. 23)

Os produtos originados das nações envolvidas teriam livre circulação dentro dos territórios amparados por este acordo até 1994, constituindo, portanto, em uma Zona de Livre Comércio no Mercosul.

Todavia, dentro da lista de aproximadamente 9000 itens da NALADI (Nomenclatura Comum da ALADI) ainda haveria uma quantidade de resíduos de alguns itens que sofreria tratamento diferenciado em cada país membro, como exemplo:

PAÍS	QTDE. ITENS
Brasil	324
Argentina	394
Paraguai	439
Uruguai	960

(JESUS, 1993, p. 22)

A diminuição seria gradativa, para o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 20% ao ano, até 1995.

No intuito de os produtos passarem a ter a constatação da sua originalidade, e viessem a gozar da isenção da tarifa alfandegária, ficou estabelecida a emissão de um Certificado de Origem, necessário no desembaraço da mercadoria na alfândega do país de destino.

Foram criadas também, pelo Grupo Mercado Comum, cláusulas de salvaguardas a serem aplicadas até 31/12/94, caso as importações viessem a causar danos à indústria no mercado interno, constituindo um sistema de resolução de controvérsias; e, também foram estabelecidos subgrupos de trabalho para aprimorar a operacionalidade e o cumprimento dos acordos estabelecidos.

Contemplando, em 1º de Janeiro de 1995, pelo Protocolo de Ouro Preto a formação da União Aduaneira, prevista no Tratado de Assunção, o mesmo documento avança no sentido de elaborar uma Tarifa Externa Comum – TEC a ser adotada pelos quatro países membros.

Em dezembro de 1995, no 9º Encontro de Cúpula do Mercosul, foi assinada a entrada da Bolívia como membro associativo deste bloco, precedido em 25/06/96 pelo ingresso também do Chile, nas mesmas condições. Na ocasião, muito se cogitou da importância do Chile como membro do Mercosul, configurando um canal de entrada para o Pacífico e o aumento dos países membros na intensificação da integração entre eles. Em Janeiro de 2004, o Chile passou a gozar de benefícios do livre comércio com o Mercosul, todavia, até o momento, nem ele, nem a Bolívia tiveram suas entradas efetivadas como membro pleno.

Na XIV reunião de presidentes, realizada em 24/07/1998 foi aprovado o Protocolo de Ushuaia, que, segundo Almeida (2007, p.11), “[...]dá força de lei à cláusula democrática nos países partes”, pois quem não respeitar os preceitos democráticos, estará fora do bloco.

Em 21/05/2001, foi solicitada formalmente pelo presidente Hugo Chávez, presidente da Venezuela, a entrada de seu país como membro do Mercosul, todavia, por motivos de não enquadramento às normas estabelecidas neste bloco, somente em 04/07/2006 foi oficializada a sua entrada como membro pleno. O Brasil enxergou a entrada oficial da Venezuela no bloco como um reforço à sua integração, no entanto, é um fator de preocupação, pois este país não é considerado como respeitador da democracia e dos direitos humanos; além disso, existem muitas rivalidades entre a Venezuela e os Estados Unidos, o que poderá ser um agravante nas negociações do Mercosul, pois a Venezuela ainda não está integrada como

os outros países doravante membros, mas terá o mesmo poder de opinar em suas decisões.

A partir de 30/06/2001, os países parte não poderão negociar separadamente acordos bilaterais de preferências tarifárias, passando, então, a serem feitos em conjunto, via união aduaneira.

2.3 ADMINISTRAÇÃO DO BLOCO ECONÔMICO

2.3.1 Administração Preliminar

A primeira presidência do Mercosul foi assumida pelo chefe do Executivo argentino, Carlos Saúl Menem, da Argentina, em 29/11/1991, cumprindo o Tratado de Assunção e sua determinação para que o comando do executivo seja exercido em ordem alfabética pelos países membros, pelo período de 6 meses cada um. Atualmente, neste primeiro semestre de 2009, a presidência está a cargo de Fernando Lugo, presidente do Paraguai.

Em 16 de Dezembro de 1994 foi assinado o Protocolo de Ouro Preto que veio a dar as bases institucionais para o Mercosul, atribuindo-lhe identidade jurídica internacional, bem como a seus órgãos administradores, a saber:

- Conselho do Mercado Comum (CMC);
- Grupo Mercado Comum (GMC);
- Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM);
- Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM).

- O Conselho do Mercado Comum é o órgão de maior representatividade dentro do Bloco com a função de estabelecer a política do Mercosul e assegurar o cumprimento de suas diretrizes. É composto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países membros.

- O Grupo do Mercado Comum é o órgão executivo, que deverá fazer valer o cumprimento do Tratado e das decisões do Conselho do Mercado Comum. Propõe medidas sobre liberação comercial, coordenação das políticas macroeconômicas e

negociação de acordos multilaterais. É integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e Bancos Centrais; para tanto, dispõe de uma Secretaria Administrativa.

- A Comissão de Comércio é responsável pela implementação dos instrumentos de política comercial, tendo como responsabilidades administrativas: a) estabelecer a TEC (tarifa externa comum), conforme já mencionado, todos os países membros aplicarão a mesma tarifa alfandegária para os mesmos produtos originados de países não pertencentes ao bloco; b) o regime de regras de origem, onde há necessidade de 60% do valor dos insumos que compõem o produto, ser originário dos países membros para poder gozar do benefício da livre circulação, sem recolhimento do imposto de importação e c) do instrumento de defesa da concorrência, que visa a coibir práticas comerciais que impeçam a livre negociação e acesso ao mercado.

- A Comissão Parlamentar Conjunta (Parlamento Mercosul), inaugurado em 07/05/2007, em Montevideu, representado pelos parlamentares dos países membros, tendo como responsabilidade harmonizar as legislações dos estados parte. Em 2010, serão escolhidos por voto popular.

- O Foro Consultivo, Econômico e Social “foi criado por inspiração brasileira. Ele é composto por representantes do empresariado e dos trabalhadores e formulará recomendações ao Grupo do Mercado Comum”. (MEDEIROS, Jornal, O Estado de S. Paulo 27-12-94, apud MAIA, 1997, p. 135).

Este foro é muito importante, pois quando o Mercosul chegar ao estágio de Mercado Comum, com a livre circulação de mão de obra e capital, haverá necessidade de se equacionar as divergências de número de pessoas residentes em cada país, bem como o seu desenvolvimento econômico e oferta de trabalho.

- A Secretaria Administrativa do Mercosul tem sua sede permanente em Montevideu, sendo responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos.

O Capítulo IV – art. 38 do Protocolo de Ouro Preto estabelece que:

Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL. **Parágrafo único** - Os Estados Partes informarão à Secretaria Administrativa do MERCOSUL as medidas adotadas para esse fim.

2.3.2 – Administração Posterior a Constituição do Bloco Econômico

Também, no Protocolo de Ouro Preto, foram reafirmados os valores democráticos do Mercosul, com respeito à liberdade individual de cada Estado parte; e respeito às suas diversidades, fatores essenciais para se estabelecer o mercado comum, assim como também foi enfatizado que o Mercosul, dentro de seu processo de integração, além dos aspectos comerciais e econômicos, deverá atribuir também prioridade às áreas de educação, cultura, infra-estrutura, meio ambiente, comunicação, entre outras.

O Mercosul não estabeleceu um órgão específico para cuidar das resoluções de controvérsias, conforme outros grandes Blocos Econômicos. Para tanto, a fim de assegurar o cumprimento do Tratado de Assunção, numa controvérsia, procurarão resolver diretamente entre as partes envolvidas, deixando a par o Grupo Mercado Comum, por intermédio da Secretaria Administrativa sobre o transcurso da negociação e seu resultado.

Caso não se estabeleça um acordo mediante negociações diretas, então, quaisquer dos países envolvidos poderão recorrer ao Grupo Mercado Comum, o qual avaliará a questão, dando oportunidade para cada uma das partes exporem suas posições. Após isto, o Grupo do Mercado Comum apresentará a solução do problema aos Estados Partes. Caso estes procedimentos não alcancem uma solução, qualquer país envolvido poderá comunicar à Secretaria Administrativa sua intenção de recorrer ao Tribunal Arbitral.

O Tribunal Arbitral será composto em 15 dias, a partir da data do aviso da Secretaria Administrativa aos Estados Partes envolvidos na controvérsia, para tanto, será composto da seguinte maneira: cada Estado Parte designará um árbitro, o terceiro será “neutro”, não podendo pertencer a nenhum país envolvido, o qual presidirá o Tribunal Arbitral. Também será designado por cada Estado Parte um árbitro suplente, com os mesmos requisitos, caso da impossibilidade do árbitro titular assumir no momento da sua instalação ou durante o percurso do mesmo.

A solução da controvérsia será decidida com base nos acordos e dispositivos do Tratado de Assunção, nas decisões do Conselho do Mercado Comum e nas resoluções do Grupo Mercado Comum.

Para auxiliar no processo de integração do bloco, são eleitos alguns subgrupos de trabalhos para cuidar de áreas de interesses diversos, que funcionam como assessoria técnica do GMC-Grupo Mercado Comum, como exemplo:

- SGT 1 – Comunicações.
- SGT 2 – Aspectos Institucionais.
- SGT 3 – Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade.
- SGT 4 – Assuntos Financeiros.
- SGT 5 – Transporte.
- SGT 6 – Meio Ambiente.
- SGT 7 – Indústria.
- SGT 8 – Agricultura.
- SGT 9 – Minas e Energia.
- SGT 10 – Assuntos Trabalhistas, emprego e seguridade social.
- SGT 11 – Saúde.
- SGT 12 – Investimento.
- SGT 13 – Comércio eletrônico.
- SGT 14 – Acompanhamento da conjuntura econômica e comercial.
- SGT 15 – Mineração.

Estes subgrupos estabelecem o direcionamento sobre a responsabilidade direcionada a cada área, demonstrando melhor posicionamento e credibilidade administrativa.

Segundo Vizentini (2000, p. 33), também foram constituídos os órgãos temáticos, Grupos *ad hoc*¹ e o Comitê de Cooperação Técnica. O primeiro tem a mesma função dos Subgrupos em assessorar o Grupo do Mercado Comum com relação aos problemas setoriais específicos e o segundo, auxiliar nas relações externas com os organismos internacionais e blocos econômicos. Comenta ainda que as instituições do Mercosul têm um diferencial com relação à União Européia, que a princípio pode parecer uma fragilidade para o processo de integração do

¹ expressão latina; significa uma solução designada para um problema ou tarefa específicos, que não pode ser aplicada em outros casos e em seu processo não é empregada nenhuma técnica reconhecida, cujas fases variam em cada aplicação.

Mercosul, como por exemplo, a falta de um Parlamento Comunitário, de um Tribunal de Justiça e de órgãos de caráter supranacional.

O Parlamento comunitário, nos moldes do europeu, não seria viável para o Mercosul em virtude de os poderes decisórios transcorrerem por meio de mecanismos intergovernamentais, assim como o Tribunal de Justiça, uma vez que as normas estabelecidas são adotadas em processo consensual, conforme já comentado e, posteriormente, transformadas em legislações.

Vizentini (2000, p. 34), comenta a diferença sul americana e europeia para o estabelecimento de órgãos de caráter supranacional:

Quanto a questão da inexistência de instituições supranacionais, além do fato já mencionado, de que o processo decisório é implementado por consenso, é preciso considerar que os países latino-americanos, e os do MERCOSUL em particular, possuem uma cultura política de forte tradição presidencialista. Assim não existe praticamente separação entre as funções do estado e do governo nos países sul-americanos.

Foram estabelecidas várias medidas de política externa, dentre elas: direitos humanos, meio-ambiente, programa nuclear, normas de propriedade intelectual e o fim da reserva de mercado para a indústria nacional de informática.

O objetivo do Mercosul é o de chegar ao Mercado Comum, com a livre circulação de mão-de-obra e capital.

Com a formação do Mercosul, há maior interação e cooperação entre os Estados partes, as rivalidades de outrora precisam ser administradas entre os membros, buscando um melhor entrosamento comercial e econômico para poderem se fortalecer e tornar um marco de referência mundial.

2.4 AGRAVANTES DA INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL

2.4.1. Agravantes Comerciais

Em virtude de cada país ter as suas particularidades econômicas, sociais e culturais, atingir e concluir um estágio de desenvolvimento de um bloco econômico demanda um período longo de tempo; temos como exemplo a UE – União Europeia que para alcançar a fase de Integração Econômica Total, estabelecendo moeda e

Banco Central únicos, levou aproximadamente meio século e, mesmo assim, nem todos os países aderiram à utilização do Euro como sua moeda corrente.

Machado comenta que, no final de 1992, com o estabelecimento da redução tarifária os governos já começaram a sentir os primeiros impasses, uma vez que o setor privado começou a pressionar os governos no sentido de estabelecerem medidas de contenção das importações intra-regionais. Começaram a proliferar medidas protecionistas e dificuldades na negociação da TEC, ou seja, importantes obstáculos para o cumprimento efetivo do Tratado de Assunção. Com isso, os governos concentraram seus esforços para impedir que a iniciativa privada se tornasse um entrave na consolidação da união aduaneira.

Segundo publicação feita por José Serra em 10.11.93 na revista Exame (apud MAIA, 1997, p. 138),

Formando o MERCOSUL, a Argentina terá acesso livre a um mercado três vezes maior; o Uruguai e o Paraguai a mercado sessenta vezes superior aos seus. O Brasil, a um mercado equivalente a um terço do seu. Aliás "believe it or not", as decisões sobre o MERCOSUL no período de transição, são tomadas entre os quatro países por consenso, ou seja, cada um tem poder de veto, mesmo se tiver 2% do PIB do outro. Trocando em miúdos, o rabinho abana o elefante".

Não há como mudarmos este panorama, todavia bem sabemos que a coisa mais difícil na formação de um Bloco Econômico é conseguir a união de nações potencialmente tão diferentes, como exemplo o NAFTA composto também pelo México e; por ser um país subdesenvolvido, completamente divergente dos EUA e Canadá, optaram por não atingir a fase da União Aduaneira. Enquanto que o México necessita importar tecnologia, os EUA e Canadá por serem fortes produtores tecnológicos vêm a necessidade de conter as importações, não possibilitando que os três países estabeleçam a Tarifa Externa Comum.

Ainda, se citarmos a União Européia, em virtude de as divergências econômicas e sociais tiveram, ao longo dos anos, que se adequar ao Tratado de Roma de 1958, origem de sua constituição. Os países com melhores condições econômicas, como a Alemanha, injetaram várias vezes dinheiro na economia espanhola e portuguesa para que pudessem manter as metas traçadas entre os países membros, além disso, na década de 90, vários países da UE não conseguiam cumprir as paridades monetárias estabelecidas pelo SME – Sistema

Monetário Europeu, tendo inclusive que se afastarem deste sistema por um período até conseguirem estabilidade.

Assim como ocorreram divergências, levando um tempo para cada um dos Blocos exemplificados acima se adaptar aos processos de integração dentro dos acordos estabelecidos, o Mercosul não é exceção, pois as diferenças, econômica, política, social e territorial entre os países membros, são bastante acentuadas.

Na década de 90, várias empresas brasileiras se transferiram para a Argentina em virtude de impostos e encargos menores, tornando o custo de produção menor, trazendo como consequência o retorno do produto manufaturado ao Brasil, como exemplo de um artigo publicado na revista Exame em 20/07/94 (apud MAIA, 1997, p. 138), “[...] o grupo canadense MCCain Foods comprou a fábrica de batatas congeladas da Cooperativa Agrícola de Cotia. Entretanto resolveu transferi-la para a Argentina, onde vai produzir 5 toneladas/hora. Ocorre que metade dessa produção será vendida ao Brasil”.

Ainda, segundo Maia (1997, p.139), “[...] dentre as empresas brasileiras que fizeram sua transferência de produção para a Argentina, podemos citar: Brahma, General Motors, Deca, Tigre, Cofap, Freios Vargas, assim como várias outras com escritório ou filiais naquele país, todavia, estrategicamente o Brasil ainda leva vantagem no volume exportado para este país”.

Segundo Machado (2000) em 1993, foi assinado um documento oficializando a Consolidação de uma União Aduaneira e a Transição para o Mercado Comum, porém, sabendo dos obstáculos a serem enfrentados, inclusive no cumprimento dentro do cronograma estabelecido pela Agenda de Las Lenas, foram então “afrouxadas” as exigências para o total cumprimento da União Aduaneira, permitindo que, para 15% dos itens de cada país fossem mantidas tarifas diferenciadas, sendo alguns produtos até o final de 2001 e outros até 2006.

Para Machado, ficou clara a existência de obstáculos ao livre comércio com o estabelecimento de listas diferenciadas pelos Estados Membros; como ficou conhecido o “regime de adequação” que contribuía para a proteção de determinados produtos originados da região, acentuando a sua competitividade e alargando sua área de atuação, direcionando para a consolidação efetiva futura da zona de livre comércio.

Em 1994, foi instituído um novo sistema para resolução de controvérsia² e para arbitragem³, ao qual somente seria recorrido caso nas tratativas diretas entre os Estados Membros, não se chegasse a nenhum acordo. Então, caberia a intervenção do Grupo Mercado Comum, quando fosse solicitado formalmente.

Para Machado (1995 apud MACHADO 2000, p. 81), também se devem ressaltar outros entraves de natureza física e burocrática que precisavam ser repensados em sua reestruturação, tais como:

(I) a precariedade da infra-estrutura de transporte e a excessiva concentração do fluxo de carga geral no modal rodoviário; (ii) a deficiência dos serviços aduaneiros e dos postos de fronteira, os quais geram congestionamento e demora na liberação de carga; (iii) a ausência de um código aduaneiro comum que regule os procedimentos burocráticos relacionados com o processo de fiscalização e despacho de mercadorias, de forma a reduzir a complexidade e a morosidade no trânsito de mercadorias entre os países.

Em 1995, a Argentina solicitou a elevação da Tarifa Externa Comum para todos os produtos de todos os países membros, todavia o Brasil não aceitou esta reivindicação. Mesmo com esses problemas, as relações comerciais entre os países do Mercosul tiveram grande ascensão:

Como resultado efetivo do aprofundamento dos vínculos comerciais no MERCOSUL patrocinados pelo Tratado de Assunção durante o chamado período de transição, o intercâmbio de mercadorias entre os países salta de US\$ 5,5 bilhões, em 1991, para mais de US\$ 14 bilhões no ano de 1995, o que representa uma taxa de crescimento anual média de 29%. (MACHADO, 2000, p. 75)

Comparado os intercâmbios comerciais do Mercosul com os outros blocos econômicos, como Nafta e União Européia, podemos observar que sua participação regional é mais baixo do que no comércio mundial. Até 1997 o comércio bilateral entre Brasil e Argentina cresceu mais do que 20% ao ano, alastrando na Argentina a idéia da dependência das importações brasileiras, podendo prejudicar o mercado

² O sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio - OMC foi criado pelos países membros durante a Rodada do Uruguai e é usualmente referido como uma contribuição única da OMC para a estabilidade da economia global.

³ A arbitragem é um modo de solução de conflitos, com as mesmas características da função do poder judiciário, mas realizada por particulares, em determinadas hipóteses, sujeita aos princípios fundamentais do verdadeiro processo legal: contraditório, igualdade das partes, imparcialidade do juiz-árbitro e livre convencimento do juiz-árbitro.

nacional argentino, motivo pelo qual passam a requerer medidas de salvaguardas aos produtos provenientes do Mercosul.

Não houve razão para a Argentina tomar medidas no sentido de conter as exportações brasileiras para o seu país, pois, como já mencionado, elas cresceram em um patamar bem menor do que para o restante do mundo. Para Machado & Ribeiro (1999 apud LIMA, 2000, p. 108),

[...] a recente onda de protecionismo argentino não se baseia em um *boom* de exportações brasileiras, mas sim nas dificuldades macroeconômicas oriundas do sistema de atrelamento argentino ao dólar, retirando do país, o instrumento cambial como estímulo à atividade econômica.

Em 1999, ocorreu o início da chamada desintegração do Bloco Mercosul motivado pela crise financeira asiática de 1997 que repercutiu sobremaneira sobre os países emergentes, ocasionando um colapso nas Bolsa de Valores da Ásia e Rússia, em 1998, o que vem a repercutir no Brasil com a fuga de capital estrangeiro e uma forte desvalorização do real, resultando na redução de importação do Brasil para a Argentina, alterando de 1997, US\$ FOB 18,4 bilhões para 1999, US\$ FOB 13,5 bilhões, acentuando-se a crítica sobre a não sobrevivência do Mercosul.

Acrescenta-se ainda que as empresas montadoras estabelecidas na Argentina: Renault, Fiat, Chrysler e uma divisão da Volkswagen demitiram cerca de 10 mil trabalhadores, correspondendo 2 mil somente da Fiat levando, como em um efeito dominó, as empresas de autopeças que abasteciam estas empresas e ainda mais a ameaça destas empresas se transferirem para o Brasil.

Conforme reportagem da revista Veja de março de 2000, “Comenta-se na Argentina que suas indústrias estão fechando as portas e se transferindo para o Brasil e que produtos brasileiros mais baratos graças à desvalorização do real, estão ameaçando os artigos argentinos, mais caros.”

Na tabela abaixo, vemos uma demonstração do intercâmbio comercial efetuado no setor automotivo entre Brasil e Argentina e sua importância para ambos os países.

(US\$ Mil FOB)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1997	1.901.032	2.288.527
1998	2.036.759	2.631.171
1999	1.179.179	1.302.780

Fonte: MDIC/SECEX. 2000 Secretaria do Comércio Exterior (apud LIMA 2000, p. 108)

A Tabela acima evidencia tanto a queda no volume das exportações brasileiras para a Argentina (57,8%) quanto a das importações do setor argentino para o Brasil (49,5%). Contudo se consideradas as quedas dos valores em dólar, entre 1998 e 1999 o Brasil perdeu US\$ 917 milhões(sic), enquanto a Argentina US\$ 1,328 bilhão, demonstrando a importância deste comércio para ambos os países. (LIMA, 2000, p. 108)

A recessão brasileira a partir do segundo semestre de 1999, além de diminuir o ritmo da economia do país, também desencadeou a mudança do regime cambial brasileiro, alterando os preços dos produtos e o fluxo comercial entre os quatro membros do bloco. Portanto, na virada do século o MERCOSUL passa a ter o desafio de alterar esta imagem, fortalecendo-se para restabelecer a confiança mundial e para isto havia necessidade, conforme Lima, de se efetuar o “relançamento do processo de integração”, apontando novas diretrizes a serem tomadas e as prioridades, para conseguir reverter o *status quo*; e, assim, obter maior credibilidade. Para José Botafogo Gonçalves (apud LIMA, 2000, p. 109), “[...] um dos erros nos processos de integração foi o de fixar regras e prazos irrealistas”.

A solução foi a ampliação do prazo para os produtos têxteis, aço, papel e celulose, calçado e frango originados, principalmente, da Argentina para que pudessem se reerguer economicamente e não fossem prejudicados pelos produtos brasileiros. Todavia, como diz Lima (2000), este foi um bom momento para o Brasil exigir a efetivação dos compromissos a fim de eliminar as restrições comerciais.

Ainda permeia dentro do Mercosul o protecionismo econômico, principalmente nas disputas comerciais entre Brasil e a Argentina, na busca de parceiros externos nos acordos bilaterais entre os países membros deste bloco com outros parceiros externos ao bloco, fazendo com que não se concretizem efetivamente políticas comuns, como por exemplo: a TEC - Tarifa Externa Comum.

A Argentina, com a necessidade de importar máquinas e equipamentos de países fora do bloco, para modernizar seu parque fabril pleiteou e teve autorizada, junto aos demais países componentes do Mercosul, uma isenção da tarifa

alfandegária constante na TEC. Todavia, nesta lista, constavam os produtos de informática e telecomunicações os quais eram salvaguardados dentro do tratado do Mercosul. Somente após o alerta do Brasil para o fato é que a Argentina retirou da lista estes produtos com a alegação de que havia se enganado achando que produtos de informática e de telecomunicações faziam parte de bens de capital, enquanto que na cláusula do Mercosul, contam com nomenclatura independente.

Em 2004, houve um crescimento considerável de exportações brasileiras para a Argentina e demais membros do bloco, chegando nesse ano ao superávit de US\$ 536 milhões, contra um déficit em 2003 de US\$ 531 milhões, enquanto que suas importações não tiveram alterações, conforme ilustra a tabela abaixo,

Balança Comercial Brasil – Mercosul Dados acumulados Janeiro a Abril

Países	Export.			Import.			Sal do	
	2003	2004	Var.%	2003	2004	Var.%	2003	2004
Argentina (a)	1.107	2.009	81,5	1.618	1.654	2,2	-511	355
Paraguai	167	250	49,7	138	104	-24,6	29	146
Uruguai	106	194	83,0	155	159	2,6	-49	35
MERCOSUL (b)	1.380	2.453	77,8	1.911	1.917	0,0	-531	536
(a) / (b) %	80,2	81,9		84,7	86,3			

Fonte: (SECEX – MDIC apud Confederação Nacional das Indústrias)

Na análise por país, o comércio com a Argentina representou mais de 80% do comércio brasileiro com o MERCOSUL. As compras desse país tiveram um crescimento de 81%, mantendo a tendência do ano anterior. Esse resultado pode ser creditado ao processo de recuperação da economia argentina, com crescimento de 11% do PIB, e à virtual estagnação brasileira, em 2003. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 06/07/2004)

Com a entrada crescente de produtos brasileiros na Argentina, este se vê forçado a tomar medidas protecionistas, principalmente na área de linha branca (eletrodomésticos). Com o consentimento brasileiro, cria-se um sistema de cotas, onde o Brasil não pode ultrapassar aproximadamente 50% do mercado argentino. Através da Resolução nº 444 de 05.07.2004 o Ministério da Economia e Produção da Argentina, passou a aplicar licenças prévias, gerando um controle quantitativo para importação dos produtos de linha branca, bem como, sobretaxando em 21% a

importação de televisores, visando salvaguardar o mercado nacional e, com isto, as empresas argentinas teriam um maior tempo para se recuperarem economicamente.

Para Barbosa, o Mercosul teve várias fases de sua economia de desaceleração e aceleração comercial intrazona. Na primeira fase, início da formação do bloco, todos os países tiveram desempenhos altos e positivos de crescimento. Na segunda etapa, com a crise econômica todos sofrem a sua influência, sendo a Argentina e o Uruguai em maior proporção, com grande volatilidade econômica, ficando o Brasil e Paraguai em um patamar menor.

Para exemplificar a queda do poder econômico, nesta segunda etapa, podemos observar que o PIB em 2002 passa a ser US\$ 563.000 milhões, enquanto que em 1997 bateu o recorde de US\$ 1.132.000 Milhões, representando um declínio de 50,3% e as exportações intrazona também mostraram esta queda, enquanto que neste mesmo ano foi de US\$ 10.204 milhões contra US\$ 20.234 milhões em 1998, representando uma queda de 49%.

Na terceira etapa, todos os países tiveram crescimento econômico favorável, incluindo a Argentina e Uruguai, chegando em 2005 com o PIB no Mercosul de US\$ 990.000 milhões, correspondendo um crescimento de 76% com relação a 2002.

Barbosa (2007, p. 54), efetua análises macroeconômicas sobre o desenvolvimento dos países membros do Mercosul, nos períodos de 1991 a 1994, conforme tabela abaixo; onde pode-se observar que o Brasil tem maior aumento em seu PIB total e per capita, correspondendo 93,6% e 58,0%, porém a Argentina tem uma variação em moeda local maior que os demais países, correspondendo a 50,7% e que os 6,5% negativos no PIB total reflete as oscilações ocorridas em seu nível de atividade. Quanto aos investimentos estrangeiros e transações comerciais o Paraguai foi o mais prejudicado, devido a sua fragilidade econômica e as exportações intrazonas. E isso gerou um crescimento generalizado, com o Brasil mantendo sua liderança no bloco.

Variáveis Econômicas Mercosul (Período 1991-2005)

Indicadores	Moedas	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
PIB	US\$	-6,5%	93,6%	19,3%	46,4%
PIB real	\$	50,7%	43,3%	32,2%	36,9%
PIB per capita	US\$	-21,5%	58,0%	-16,7%	33,3%
IED*	US\$	368,6%	1.548,1%	-7,1%	206,2%**
Exportações Intra-zonas	US\$	288,0%	407,8%	251,9%	43,1%

* Investimento Estrangeiro Direto - Variações correspondentes ao período de 1991-2004.

** No caso do Uruguai foi feita a comparação 2004 com 1993, porque o nível do IED de 1991 era insignificante.

O mesmo autor, também comenta que até o ano de 1998 os investimentos estrangeiros cresceram 14 vezes com relação a 1990, porém, em 2000, o mercado parece perder a confiança no crescimento econômico no Mercosul e direciona seus investimentos para os países asiáticos.

Em 2003, O IED atingiu US\$ 12.000 milhões, correspondendo, conforme Barbosa, a 4 vezes menos que o máximo nível de IED recebido pelo Mercosul em 1999 que correspondia US\$ 52.896 milhões.

Respecto del comportamiento de esta variable, se advierte un cierto rezago respecto de la evolución del ciclo económico de las economías del MERCOSUR, que presumiblemente puede explicarse por el desconocimiento de los inversores extranjeros de la realidad regional. (BARBOSA, 2007, p. 55)

Quanto maior for o nível de investimento estrangeiro em um país, maior a sua credibilidade junto aos investidores, além do que, sabemos que isto resulta um maior desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, podemos perceber que neste fator o Brasil também leva vantagem com relação aos demais Estados partes.

Comparando também a Balança comercial de 2005 a 2007 abaixo, percebemos a evolução comercial, tanto das exportações Brasileiras para o Mercosul, quanto suas importações dos demais países.

Exportações/Importações Brasil (US\$ Milhões)

Exportações	2005	2006	2007	% Evolução 2005/2007
Argentina	9.930	11.739	14.417	45
Paraguai	962	1.233	1.648	71
Uruguai	853	1.012	1.288	51
Importações	2005	2006	2007	% Evolução 2005/2007
Argentina	6.241	8.053	10.405	67
Paraguai	319	296	434	36
Uruguai	494	618	786	59

(Tabela elaborado pela autora, a partir de dados econômicos publicados pelo MDIC)

Não há como negarmos a interdependência comercial entre os países membros que veio a se intensificar com a formação do Bloco Econômico.

Apesar de o Brasil levar maior vantagem comercial, caracterizado pelo seu porte, ele já efetuou várias concessões com o intuito de beneficiar os países menores, tanto na área comercial, como na econômica; uma delas foi o acordo de compensação econômica com a Argentina lastreado em: para cada US\$ 1,90 exportado, importar US\$ 1,00, mantendo-se a tarifa zero de importação para ambos países, a comercialização do mercado de veículos passará a ser livre a partir de julho de 2008.

Para aproveitar a desvalorização do peso frente ao real, vários modelos de veículos serão fabricados na Argentina, as empresas Renault-Nissan transferirá toda a produção do Clio de São José dos Pinhais para Córdoba, na Argentina, a GM, Fiat e Volkswagen também produzirá alguns de seus modelos neste país. No Brasil, o crescimento produtivo de veículos está acelerado, ocorrendo então uma distribuição produtiva, sem as salvaguardas que prejudicam o mercado comum entre estes países.

Mesmo com estas mudanças de local produtivo das indústrias automobilísticas e as concessões dadas pelo Brasil à Argentina, ainda vemos que o comércio entre ambos somente representa 20% das exportações totais das duas nações, um índice muito baixo, comparado a UE de 65% e o Nafta 70%.

Segundo as previsões dos economistas, em 2008, as exportações Brasil/Argentina chegarão a aproximadamente US\$ 5,8 bilhões mais do que em 2007 que atingiu US\$ 4, bilhões, sendo que a tendência será o crescimento das exportações brasileiras naquele país, mesmo a contragosto do governo argentino.

Conforme comenta Lourenço (2008),

[...] é provável que o Brasil continue a tolerar novas medidas restritivas que seriam incompatíveis num bloco que se pretende uma união aduaneira, que, a rigor, deveria abolir tarifas aduaneiras no comércio entre seus membros e adotar uma política comercial comum em relação a países de fora, com o estabelecimento de uma tarifa externa comum.

Estas concessões feitas pelo Brasil aos demais países membros de menor desenvolvimento econômico ao longo dos anos, devem ser encaradas como tentativa de harmonizar as diferenças que se encontra cada um deles, assegurando efetiva integração do bloco, para que no futuro sejam efetivadas e consolidadas tanto a zona de livre comércio como a união aduaneira.

2.4.2 Agravantes Sociais

As preocupações sociais dos países membros do Mercosul estão relacionadas com os altos níveis de pobreza, desemprego e exclusão social, o que vem a ser um fator importante para não se obter um maior acréscimo nas comercializações entre os países membros, principalmente os de menor desenvolvimento.

O empobrecimento de grandes parcelas da população sul americana foi exaustivamente documentada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe-CEPAL, indicando que tal situação acentuou tanto os bolsões de exclusão em todo o continente, quanto o fragmentou social e territorialmente.

Em 1997, ficaram estabelecidos os direitos dos trabalhadores dos Estados membros, através do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, que possibilita a transferência de recursos entre os trabalhadores que migram entre os países membros, com intuito de custear a aposentadoria, obedecendo às diferentes legislações, não constituindo, portanto, um sistema integrado de previdência social. “a legislação brasileira, no entanto, não está preparada para cumprir integralmente a

promessa de igualdade de tratamento no plano dos direitos sociais e do trabalho.” (LOGUERCIO 2003, apud COSTA 2007, p. 28).

Acrescenta ainda Costa (2007, p. 27):

Somente em 1998, com a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, a preocupação com a proteção aos trabalhadores teve destaque. A proteção prevista na Declaração Sociolaboral do MERCOSUL foi centrada na garantia de direitos individuais e coletivos, para os trabalhadores migrantes e para a circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira e não na busca de criar um mercado de trabalho realmente integrado, com os mesmos níveis de proteção social em todos os Estados-partes, com instituições supranacionais capazes de efetivar essa proteção social.

O número de trabalhadores, sem vínculo empregatício no Brasil e Argentina, cresceu nos primeiros oito anos de constituição do bloco, segundo dados levantados por organismos internacionais: BIRD-Banco Mundial, BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento, FMI-Fundo Monetário Internacional, ONU-Organização das Nações Unidas e OIT-Organização Internacional do Trabalho. O Brasil ocupava o quinto lugar em 1995 e em 1999 o terceiro lugar em nível mundial de desemprego, superado apenas pela Índia e a Rússia.

Em 1999, Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) e o Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (Ietis), organização não governamental do Rio de Janeiro estabeleceram um novo mapa de pobreza no Brasil e levantaram dados nada animadores: o país chega ao fim do milênio com 71 milhões de brasileiros situados abaixo da linha de pobreza com rendimento mensal de R\$ 149,00, o equivalente a 45,63% da população brasileira. Desse total, 40 milhões vivem na indigência, percebendo salários de até R\$ 73,00 por mês, insuficientes para comprar produtos que garantam o consumo de calorias estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22 ago. 1999, apud LIMA 2000, p.113)

Destes oito anos que se passaram, a população brasileira não obteve nenhum progresso quanto à contenção do desemprego, em virtude de falta de aplicações de políticas públicas que viessem combater este problema.

O Mercosul tem que enfrentar o desafio de articular o seu desenvolvimento econômico com os problemas sociais; voltados à absorção da mão de obra, incentivando, apoiando e estabelecendo políticas adequadas para a pequena e média empresa para o desenvolvimento de produtos nacionais com alta tecnologia e

maior valor agregado, tanto para comercialização no mercado interno, como no externo, gerando emprego, desenvolvimento econômico e social.

O funcionamento do mercado de trabalho não pode ser tratado como um processo independente da constituição de um mercado capitalista, regional integrado, pois seus custos influenciam na competitividade econômica, principalmente quando a intenção futura será a livre movimentação de mão de obra.

Para que haja uma completa integração trabalhista, há necessidade de garantir a igualdade de acesso ao mercado de trabalho e das condições de trabalho, todavia, temos que acentuar a existência de uma enorme desigualdade na distribuição dos trabalhadores entre os Estados. Segundo Arbache (2004, apud COSTA, 2007, p. 29), “o Brasil tem cerca de 80% de PEA⁴, o Paraguai e o Uruguai têm 2% e 1,5% da PEA respectivamente”. Com estes dados, podemos visualizar a grande diferença dos mercados e das oportunidades potenciais proporcionados à população, constituindo em um obstáculo para a efetiva integração dos mercados.

Atrelado às desigualdades quantitativas da PEA também nos deparamos com disparidade econômica entre os países, pois o Brasil em 2001 tinha 72% do PIB regional enquanto que a Argentina 25,4% e o Paraguai e Uruguai detinham 0,8% e 1,8% respectivamente, além de apresentar um baixo nível de crescimento econômico na região.

Não podemos deixar de destacar a necessidade de melhorar e igualar os níveis educacionais entre os países membros com a criação de uma educação fundamental e médio de boa qualidade oferecida pelas instituições públicas, tornando mais homogêneo o sistema educacional.

Outro problema é a diferença no idioma entre Brasil e demais membros, dificultando a sua integração no mercado de trabalho. Mesmo com a aprovação da Lei brasileira nº 11.161 ocorrida em 05/08/2005, originada através de um acordo entre Brasil e Argentina onde passam a contemplar as línguas portuguesa e espanhola nos respectivos países, há necessidade de se tomar algumas resoluções no que tange à formação de professores para ambos idiomas e outras mais, que somente virão a repercutir daqui a alguns anos.

Há ainda que salientar que este acordo está em âmbito bilateral, não envolvendo a multilateralidade do bloco, ou seja, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

⁴ População Economicamente Ativa.

Cacciamali (2005 apud COSTA, 2007, p.30) aponta algumas limitações no Mercosul quanto às políticas vigentes de mercado de trabalho:

(1) defesa irrestrita da descentralização na execução dos programas. Argumenta que “em localidades mais pobres, onde as ações assistenciais são prioritárias, o ‘mandonismo local’ ainda é uma característica em todos os países da região.”; (2) a necessidade de articular as políticas de trabalho com políticas de investimento em geral e aquelas de desenvolvimento local; (3) quanto aos sistemas de informações dos países da região “a primeira providência é harmonizar os sistemas nacionais de estatísticas do trabalho, elaborando o sistema de informações tendo como base a sua compatibilidade com o sistema estatístico internacional”, com o objetivo de elaborar diagnósticos nacionais comparáveis entre si, monitorar o mercado de trabalho para definir programas prioritários e sua focalização, construir indicadores para avaliações padronizadas entre os países; (4) as frustrações e as críticas de fundo político devido ao baixo desempenho das políticas e programas em um ambiente macroeconômico caracterizado pela instabilidade econômica e pelas baixas taxas de crescimento.

Estas limitações constituem um direcionamento que necessita ser visualizado pelos governos integrantes do bloco para que as tomadas de decisões estratégicas na efetiva constituição futura do mercado comum seja harmonizada, sobretudo dentro dos parâmetros do processo social, contemplando mudanças nas legislações sociais, aos direitos trabalhistas e previdenciário.

Para que de fato venha a ocorrer avanço nas negociações para a livre movimentação de capital e mão de obra no Mercosul, há necessidade de se avançar nas implementações efetivas de políticas sociais, com intuito de diminuir as diferenças entre os países membros.

Louguercio (2003, apud COSTA, 2007) comenta que mesmo com a declaração Sociolaboral que se constituiu em um avanço para a proteção aos trabalhadores migrantes e de fronteira, ainda é insuficiente para a real necessidade, pois mesmo que as condições de igualdade de trabalho sejam homogêneas, os mercados se apresentam divergentes.

Em Dezembro de 2003, foi aprovado pelos países membros do Mercosul o “Programa de Consolidação da União Alfandegária e para lançamento do Mercado Comum”, apresentado pelo governo brasileiro, onde na Quarta Seção continha o “Programa de Integração”, contemplando Educação para o Mercosul e Programa de Integração em Ciência e Tecnologia. Há muitos entraves para o Mercosul em se constituir num mercado comum, com livre movimentação de mão de obra e capital, pois existem interesses políticos nacionais que se opõem a esta integração,

portanto, os países membros terão que enfrentar vários desafios e sobrepujar os obstáculos, o que não será fácil e demandará um período longo até se enquadrarem em todas as áreas que envolvem a consolidação total para se atingir este estágio.

2.5 PERSPECTIVAS DE FUTURO DO MERCOSUL

A partir de 2000, a população do Mercosul chega a aproximadamente 200 milhões de habitantes, tendo um grande crescimento em seu PIB, podendo-se observar que o desenvolvimento econômico do bloco começa a acelerar.

Conforme dados levantados em Julho/2008, o Mercosul chega no final de 2007 a possuir 259,4 milhões de habitantes, com o PIB de 1,78 trilhões, equivalente a 75% da América do Sul, vide tabela abaixo:

País	População (2007) (milhões)	PIB (2007) US\$/bilhões	PIB Per Capita (2007) US\$
Argentina	39,7	253,7	6.392
Brasil	183,9	1.318,4	8.446
Paraguai	6,0	8,5	2.116
Uruguai	3,31	23,0	6.948
Venezuela	26,5	176,4	7.840
TOTAL	259,4	1.780,0	

noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2008/07/01/ult1808u121237.jhtm - 45k

Ocorreu um crescimento substancial de 2005 para 2007 do PIB na ordem de 80% com a Venezuela inclusa, se a excluirmos, o crescimento corresponde a 62%. Para Flores (2005) a falta de um aprofundamento na integração do MERCOSUL se dá pelas forças políticas e interesses comerciais que bloqueiam o avanço da liberação comercial em amplitude maior. As dificuldades no MERCOSUL, está também vinculada à supranacionalidade que, segundo ele, subsiste em diferentes graus entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Todavia, está evidente que o crescimento comercial não se estagnará; andar, mesmo que a curtos passos, tanto na intensificação comercial entre os países membros como nas relações comerciais multilaterais com outros blocos econômicos, pois esta será a condição para o seu sucesso.

Pode-se então concluir que os impasses comerciais, mesmo os mais difíceis, tenderão a ser equacionados ou contornados politicamente e levados a uma “solução” de mútua e recíproca conveniência num espaço de tempo algo mais delongado do que poderiam supor os adeptos de rígidos cronogramas econômicos. (ALMEIDA, 2000, p. 21)

Ainda permeia dentro do Mercosul o protecionismo econômico, principalmente nas disputas comerciais entre os países Brasil e a Argentina, na busca de parceiros externos nos acordos bilaterais entre os países membros deste bloco com outros parceiros externos ao bloco, fazendo com que não se concretizem efetivamente políticas comuns, como por exemplo: a TEC-Tarifa Externa Comum.

Salvador (2006), diz que a entrada da Venezuela no Mercosul é importante, vindo a intensificar o número de países membros, tendo maior poder de negociação, mas também gera uma polêmica no sentido de que seu governo é demasiadamente confrontador, utilizando uma política radical, vindo a gerar problemas para os Estados Parte; e enfraquecer a Comunidade Andina da qual a Venezuela é membro. Apesar da Venezuela não estar ainda totalmente integrada no Mercosul, ela possui o poder de voto para oficialização de algum acordo fora do bloco, tendo, portanto, o direito de se pronunciar, surgindo a dúvida se haverá compatibilidade de seus interesses com os demais membros.

Para Almeida (2000), o Mercosul se consolidará como produtor e exportador de bens industriais, mas sobretudo, como grande exportador mundial de commodities. Também não podemos descartar a hipótese de se constituir futuramente em uma ampliação econômica com outros países, ampliando o mercado e estabelecendo uma moeda comum, bem como o banco central, nos moldes do Tratado de Maastricht estabelecido pela União Européia, pois a forma de sua constituição e encaminhamento seguem os mesmos princípios de integração e acordos multilaterais de outros blocos já constituídos e que se encontram em fase mais avançada.

Enquanto há um crescimento comercial entre Brasil e Argentina, o mesmo não acontece com os demais membros: Paraguai e Uruguai, segundo Wellbaum (2008), acusam o Brasil de “privilegiar sua relação comercial com a Argentina”, esquecendo-se dos países com menor desenvolvimento econômico. Para tanto, em 2006, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em funcionamento desde 2007, para tentar amenizar as desigualdades entre os

países com menor desenvolvimento econômico, estabelecendo a participação do Brasil e Argentina em 97% do montante deste fundo, ficando os 3% restantes para os outros dois países membros.

A previsão é de que, em 2008, chegue a aproximadamente US\$ 125 milhões, dos quais 80% serão aplicados em projetos para o desenvolvimento do Paraguai e Uruguai.

Com o fracasso das negociações na Rodada de Doha, ocorrida em Genebra em Julho/2008, onde não houve acordo para o pleito do Mercosul sobre o fim aos subsídios agrícolas, principalmente os aplicados pelos Estados Unidos, o que faz restringir as exportações brasileiras e argentinas, os quatro países do Mercosul seguirão sozinhos na tentativa de negociação direta com a UE e Estados Unidos.

Como já foi mencionado, ainda existem muitos entraves a serem sanados dentro do Mercosul, mas houve um grande progresso deste bloco no estabelecimento de paz tanto dentro do bloco como na América do Sul. Como disse Wellbaum (2008), “um dos avanços recentes foi o acordo nuclear estabelecido entre Brasil e Argentina, o que antigamente seria praticamente impossível em virtude da rivalidade existente entre ambos os países.”

Para Felix Peña, negociador do Mercosul no governo do ex-presidente Carlos Menem (apud WELLBAUM, 2008): “as críticas ao bloco podem ser pertinentes, mas se o Mercosul não existisse a situação seria pior.”

Ricupero 2008 diz que se a intenção dos países membros do Mercosul foi não retroceder às conquistas já conseguidas, nos acordos de livre comércio e na união aduaneira é necessário que todos eles tenham o mesmo poder de fala nas negociações e para isto é necessário adotar um programa de desenvolvimento interno, inclusive para os sócios menores. Pelas disparidades de desenvolvimento econômico entre os países do bloco, se vê a necessidade dos mesmos estabelecerem acordos comerciais fora do Mercosul, dando maior flexibilidade à União Aduaneira.

Enfim, o Mercosul terá ainda que “cortar muitas arestas” e incrementar muitos programas convergentes para a maior integração e desenvolvimento dos países membros e para continuar subsistindo no mercado como um marco de referência da América do Sul.

3 INFLUÊNCIA DOS FATORES CULTURAIS E IDEOLÓGICOS, NA LINGUAGEM JORNALÍSTICA

3.1 FATORES CULTURAIS

Dentro de cada sociedade são determinados normas, as quais definem o sentido de seu comportamento; que sobremaneira, repercute na forma de agir, de se expressar, quer seja oral ou escrito, pois está intrinsecamente ligada à práxis social vinculada aos fatores demográficos, geográficos, históricos, políticos, econômicos, motivo pelo qual não podemos estudar o conteúdo de uma linguagem jornalística sem nos depararmos com a cultura de quem e para quem se produz.

Em toda atividade humana, existe certa unidade formada pelas suas estruturas organizacionais que se resumem em comportamentos individuais ou coletivos; consideradas pela semiótica como cultura, cujo termo é primitivo, podendo ser analisado como uma série de acontecimentos históricos de uma civilização, povo ou etnia. Sendo assim, a sociedade e a cultura estão interligadas, ou seja, no meio de um grupo de pessoas que vivem em um mesmo lugar; e compactuam dos mesmos costumes e idéias: artísticas, religiosas, políticas, econômicas; portanto, a sociedade se faz através da cultura que ela vivencia.

O homem constrói a cultura de acordo com sua observação e vivências anteriores, dentro do lugar onde ele se insere, pois segundo Lótman, a cultura é memória; ela está vinculada às experiências históricas e, na maioria das vezes, ela é transcrita em forma de texto ou sistemas de signos para que fique registrada e não venha a se extinguir.

Eliot (1943 apud EAGLETON 2005, p. 161) afirma, “cultura não é apenas um modo de vida de um povo, do nascimento ao túmulo, da manhã até a noite e mesmo durante o sono[...] ela se forma no inconsciente e mesmo o que trazemos para o nosso consciente, não representa tudo o que consiste nela.”

Toda cultura forma seu padrão de memória, criando uma estrutura própria, sem, no entanto, ser hereditária, mas sim vivida, compartilhada, constituída de um sistema determinado de regras impostas pela sociedade, que limitam a construção da própria cultura.

A cultura existe em todas as classes sociais e, mesmo sendo compartilhada entre elas, seus níveis de consciência são diferenciados; a sua construção passa pelo mundo das idéias e estas se intercambiam entre si.

Também Raymond Williams (2000) considera que a cultura se processa no inconsciente e este nunca se realiza no consciente em sua totalidade, todavia, para ele, a cultura é comum quando seus significados e atividades são compartilhados entre todos os seus membros, ou seja, de forma coletiva; ela não é planejada, mas nasce dentro do meio de vida da comunidade e como ela será processada, ao longo do tempo, é imprevisível saber.

Confirmando a posição dos autores citados, Terry Eagleton, (2005 p. 184) afirma que

A cultura não é unicamente daquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos: afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último[...]

Dentro de todos estes diferenciais que fazem parte da vida de cada um, podemos também encontrar, como já foi mencionado, as normas estabelecidas pela sociedade fazendo com que o seu comportamento seja moldado sob ela, todavia, a maneira como vemos, interpretamos e nos motivamos, influenciam em nossas ações, e estas se diferenciam, pois há uma grande diversidade entre as pessoas influenciadas pelas estruturas sociais onde o homem teve seu desenvolvimento e participação como membro do grupo, “No uso sociológico corrente da palavra, as “normas” são, pois, instruções para preencher os compartimentos que definem a estrutura da ação.” (VERÓN, 1980, p. 53)

Toda ação inicia-se no pensamento, pois através dela o homem pode perceber, refletir e deduzir a respeito, dentro de sua condição externa, sua história e relações sociais. Dentro da unidade do pensamento e da linguagem, encontramos o significado da fala que reflete então todo nosso interior que foi construído com o passar do tempo. A palavra é um fenômeno do discurso, na medida em que está vinculada ao pensamento e materializado, o que nos transmite um conceito. O significado da palavra está na associação que fazemos com a lembrança do seu significado, que poderá ser alterada dependendo do caráter de sua representação e da sua realidade significativa.

Uma palavra pode modificar-se em sua natureza interior, assim como o pensamento com relação à palavra também se modifica. Vygotsky (2000, p. 409) diz que: “o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza”.

Através da interação social tanto interpessoal, quanto através dos meios de comunicação, é que se estabelecem os discursos e sua identificação, como também o processo de geração de sentidos, não desvinculando, portanto, da sociedade e da cultura, ambas interligadas, pois a cultura como já foi dito, somente se realiza no meio de um grupo de pessoas que vivem em um mesmo lugar e compactuam com os mesmos costumes e idéias; e isto faz transparecer na forma como vivemos, sentimos e expressamos.

3.2 FATORES IDEOLÓGICOS

Assim como a cultura, a ideologia também faz parte de cada ser humano; germina dentro das condições sociais vivenciadas pelo indivíduo, ou seja, é um sistema de crença naquilo que conhecemos e/ou interpretamos, a qual nos é imposta, independente de ser verdadeira ou não, uma vez que, dentro da herança herdada pelo nosso meio social, é que formulamos nossas idéias a respeito das coisas e dos fatos. Bakhtin legitima este pensamento quando diz que a ideologia se forma no meio social do indivíduo, através de suas experiências, de seus conhecimentos científicos, religiosos, morais, etc. cujos fatores se associam estreitamente na filosofia da linguagem.

Para Bakhtin todo significado está intrínseco a sua ideologia, o qual, é representado por signos; ou seja, tanto o signo, quanto a ideologia não se desassocia, portanto, toda produção criada a partir de um objeto físico é ideológica, (1981, p. 31), “[...] sem signos não existe ideologia”. O mesmo autor acrescenta que, um produto ideológico reflete e refrata não só a realidade social onde está inserido, mas também uma realidade exterior, que está fora de si mesmo. “o signo pode distorcer esta realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc.” (BAKHTIN, 1981, p. 32).

Qualquer produto de consumo pode ser transformado em um signo ideológico. Conforme explicado por Bakhtin, o martelo cuja função é servir de instrumento de fixação de pregos e a foice que tem como função a utilização agrícola de ceifar plantas, na bandeira da ex-URSS passava a idéia da aliança dos trabalhadores agrícolas na construção do Estado Soviético; e como colocação própria, a bandeira americana vista aos olhos de outros Estados, representa um símbolo de predominância capitalista.

Os signos nascem e se desenvolvem dentro dos diferentes meios sociais, fazendo parte de sua cultura e, estes estão ligados por consciências individuais diferenciadas, em virtude de cada indivíduo possuir suas próprias áreas de conhecimento, ou seja, de consciência interior, levando à sua própria interpretação. Bakhtin (1981, p. 35) diz que, “a consciência individual é um fato sócio-ideológico”, ela se explica a partir do meio onde está inserida.

Para se compreender um signo há necessidade de se utilizar outro signo e assim por diante, constituindo intermitentemente um elo entre eles, sendo assim, nossa consciência é preenchida por diversos signos no transcorrer da vida.

É fundamental que para se interpretar um determinado signo, da mesma maneira pelo qual ele foi constituído, há necessidade de comungar de um mesmo meio social e intelectual de quem o produziu, senão gerará uma confusão de entendimento sobre o mesmo.

Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. (BAKHTIN, 1981, p. 35-36)

O primeiro meio de consciência individual é construído através da palavra, pois a consciência não se desenvolveria se não houvesse um material sígnico, e segundo Bakhtin, a palavra constitui exatamente este material.

A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento), não podem operar sem a participação do discurso inteiro. (BAKHTIN, 1981, p. 37-38)

Toda citação ideológica e todos os signos não verbais podem ser totalmente isolados do discurso, pois se apoiam na palavra, todavia, a palavra não substitui nenhum dos signos ideológicos, conforme exemplo especificado por Bakhtin (1981, p. 38), “um ritual religioso não pode ser inteiramente substituído por palavras.”

Após um signo cultural ter sido compreendido e dotado de um sentido ele começa a participar da constituição verbal, pois a consciência consegue compreender e interpretá-lo verbalmente.

O signo é criado pelas necessidades ideológicas, e não se desvincula da ideologia, porém, a palavra nasce neutra, expressando tão somente o seu significado imediato; após ser contextualizada no cotidiano, passa a sofrer modificação em sua natureza interior, expandindo valores, conceitos e pré-conceitos e, assim, o pensamento com relação à palavra também se modifica.

O autor comenta que (1981, p. 95), “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, para tanto, para que haja uma separação ideológica da vivência, necessita-se desvincular da consciência do locutor, o que se torna praticamente impossível.

Como a palavra perde a sua neutralidade, ela passa a indicar a ideologia dentro do seu contexto social e para entender o seu funcionamento como instrumento da consciência é necessário analisar a palavra como signo social.

No campo da consciência não há como dissociar os signos das formas de comunicação e nem das ideologias que são determinadas pela interação do meio social onde o indivíduo se situa. Portanto, a reação semiótico-ideológica se forma na relação da realidade sócio-econômica do indivíduo e da forma de interação desta organização social e conforme esta interação venha a sofrer transformações, o signo também se modifica.

Para se ter domínio sobre um signo ideológico, é necessário que este signo tenha adquirido um valor dentro da sociedade, ou seja, que as pessoas o reconheçam e dêem a ele importância. Conforme o interesse e posição tomada por uma determinada classe social, pode fazer com que o signo altere o seu sentido, para uma direção, completamente diferente pelo qual ele foi criado.

Bakhtin diz que o signo ideológico é vivo e dinâmico; e, por sua vez, contraditório e deformativo; pois, como já mencionado, além de refletir, ele também refrata a realidade. Uma realidade pode parecer falsa ou verdadeira, dependendo da maneira como o signo foi utilizado, dentro do diálogo semiótico; e, este, por sua vez, se difere dentro das diferentes classes sociais.

A língua evolui ininterruptamente e se constitui dentro de um sistema sincrônico de entendimento dentro da comunidade lingüística e no período histórico que se situa o interlocutor.

No momento em que César escrevia suas obras, a língua latina constituía para ele um sistema imutável e incontestável de normas fixas; mas, para o historiador da língua latina, naquele mesmo momento em que César

escrevia, produzia-se um processo contínuo de transformação lingüística – mesmo se o historiador não for capaz de registrar essas transformações. (BAKHTIN, 1981, P. 91)

Como já comentado, Bakhtin salienta que, dentro da sociedade existem normas sociais constituídas, para os mais diferentes fins, também a língua, constitui-se em um sistema de normas fixas objetivas e incontestáveis dentro de sua comunidade lingüística, o que faz com que haja a mesma consciência de entendimento entre os indivíduos.

A forma como o locutor contextualiza vai dar significado ao enunciado e esta forma leva em consideração o ponto de vista do reconhecimento do receptor. A primeira vista o enunciado será decodificado, pois, para isto a linguagem deverá ser de conhecimento signico tanto do locutor quanto do receptor, após então, será identificado (compreendido).

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. (BAKHTIN,1981, p. 95)

Portanto, a fala ou o ato da enunciação é de natureza social. Aquilo que é expresso na enunciação se forma no interior do indivíduo e exterioriza-se através de algum signo, o qual foi lhe dado conhecer na sociedade. Sendo assim, podemos dizer que o que é exteriorizado nem sempre condiz com que se pensa, pois nem sempre podemos expressar a totalidade de nosso pensamento, o qual está condicionado a situação social daquele momento.

Cada indivíduo possui e constrói o seu mundo interior através das observações, do aprendizado das deduções, etc. que venha a ter no transcorrer de sua vida.

A expressão da palavra varia, dependendo da condição social, hierárquica, emotiva que esteja interligando o locutor e o receptor. Bakhtin confirma este pensamento quando diz,

É verdade que, exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior.... O interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas. (1981, p. 111-2).

A enunciação será determinada pela pressão social exterior onde o locutor está inserido, ou seja, o mundo interior se adapta ao mundo exterior, deixando refletir “a ideologia do cotidiano..” (BAKHTIN 1981, p. 118).

Esta ideologia, traz o domínio de nossa palavra interior e exterior, dentro de nossa consciência, constituída pelos sistemas ideológicos da sociedade, da ciência, da arte e da religião, que permeiam a vida do indivíduo, então, pode-se dizer que toda palavra é ideológica.

Em cada classe social, no conjunto de suas idéias e comportamentos, há uma formação ideológica que não se desvincula da linguagem e se exprime em uma formação discursiva, textos e imagens, caracterizando a forma como vê o mundo.

Dentro dos conhecimentos adquiridos, as formas como interpretamos um texto discursivo se tornam um sistema de crenças ideológicas intrinsecamente estabelecidas por nós; das quais, deixamos aflorar em nossos comportamentos e expressões, sejam materializadas nas escritas ou falas, quer esta vá de encontro com a de outrem ou não, e normalmente está embasada nos interesses individuais ou coletivos, que determinam o poder da sociedade onde estamos inseridos. Segundo Eagleton (1997, p.20),

Pois, se não há valores e crenças que não sejam relacionados com o poder, então o termo ideologia corre o risco de expandir-se até o ponto de desaparecer. Qualquer palavra que abranja tudo perde o seu valor e degenera em um som vazio. Para que o termo tenha significado, é preciso que se possa especificar o que em determinada circunstância, seria considerada o outro dele – o que não significa, necessariamente, especificar algo que seja sempre e em qualquer parte o outro dele.

Na ideologia, o homem expressa a maneira como vive dentro de sua relação social e, como afirma Verón (1980, p. 107), “um mesmo texto pode ser submetido a várias leituras diferentes. Cada tipo de leitura demanda uma conceituação específica das condições de produção”.

Há uma variedade de efeitos do sentido da produção e consumo de um conjunto textual, em virtude do leitor e do seu meio cultural e social, onde este texto será objeto de interpretação. Verón exemplifica: os discursos direcionados à comunicação de massa passam por um processo instantâneo de produção e consumo, enquanto que nos de informação (serviços) o consumo é realizado uma

única vez, isto é, no momento da sua absorção pelo leitor; e aquele ligado à ideologia da arte e da criação, como cinema, literatura, teatro, ciência pode ser o objeto de consumo prorrogado, podendo ser utilizados por período de tempo indeterminado.

Todo texto discursivo está submetido à determinada condição de produção, quer seja um texto científico ou não, tendo no seu embasamento um conteúdo ideológico de quem o produziu, mesmo que o texto científico (que represente a realidade de uma pesquisa) não deixe claro a presença da ideologia, ela também está presente no processo de sua produção.

O que distingue se o discurso é ideológico ou científico é o reconhecimento dele. Como o discurso científico traz uma credibilidade do real, faz com que pareça que não existe nele a ideologia. Ainda com Verón (1980, p. 115) vemos que,

O que faz de um discurso um discurso científico é a neutralização do efeito ideológico por obra de uma relação que o discurso instaura através de suas relações com o real, desdobramento que define o efeito da cientificidade.

Na produção do discurso, o autor poderá apresentar a sua ideologia na totalidade ou na parcialidade, sem com isto representar a omissão deste suposto real ideológico.

Continua o autor a dizer que o poder também está presente dentro do sentido em um texto discursivo, pois de toda produção se espera reconhecimento e vice-versa. Em um texto discursivo direcionado à *mass-media*, o seu conteúdo é produzido de tal maneira dentro das relações sociais em que se insere a fim de exercer um poder sobre os receptores.

Para Eagleton, o ser humano pode ter consciência da ideologia capitalista e de consumismo passada à sociedade pelo poder econômico, pode até mesmo repudiar, no entanto, se torna um produto do meio, pois não há como fugir desta realidade. Quando pensamos que a cultura está na prática e nos costumes, a ideologia está na cultura e vice-versa.

A ideologia dominante frequentemente envolve os seus próprios interesses e manipula a sociedade de massa; e esta, por sua vez, em sua maioria se deixa dominar por aderir a ela ou para sobreviver dela.

O poder é construído dentro do sistema econômico, pois a classe dominante além de produzir idéias, também produz bens materiais onde a ideologia se firma

através dos bens simbólicos da marca, com intuito de tentar transformá-los em “top-of-mind”.

O consentimento dos dominados a seus senhores é obtida muito mais por meios econômicos que por meios ideológicos. Aquilo que Marx certa vez denominou “a coerção do econômico” é suficiente para manter homens e mulheres em seus lugares, e estratégias como o reformismo – a habilidade do sistema capitalista de conceder benefícios tangíveis a pelo menos alguns de seus subordinados – são mais cruciais, nesse aspecto, do que qualquer cumplicidade ideológica entre os trabalhadores e seus patrões. Além disso, se o sistema sobrevive, é mais por causa das divisões sociais entre os vários grupos que ele explora do que em virtude de alguma coerência ideológica total. Não é necessário que esses grupos endossem ou internalizem os valores ideológicos dominantes, já que eles mais ou menos fazem o que lhes é exigido. Na verdade, a maior parte dos povos oprimidos ao longo da história não outorgou esse crédito a seus governantes: os governos foram mais tolerados do que admirados. (EAGLETON, 1997, p. 43)

Os produtos oferecidos no mercado, contêm um viés ideológico (capital), e a população em geral, despertada pelo desejo de consumo, através do elo de ligação midiático, absorve tais produtos sem questionamento ideológico, uma vez que sobrecarregadas pelo cotidiano social e para não contrariar um regime dominante se acomoda no *status quo*.

A forma operacional da produção e sua eficiência fazem com que as pessoas se reconheçam através do que usam ou possuem, pois a sociedade incorpora nelas estas necessidades, as quais são aceitas com naturalidade, sem nenhum questionamento formulado pelos indivíduos.

A racionalização está associada à legitimação e a dominação se legitima quando suas idéias fazem parte do comportamento da classe dominada. Nem sempre uma idéia legitimada serve aos interesses sociais, no entanto, idéias falsas podem servir a estes interesses.

Devemos frisar que “uma legitimação nunca é, simplesmente, uma questão ideológica.” Os dirigentes arranjam meios de obter a aceitabilidade de seus subordinados proporcionando-lhes algo que lhes satisfaça pelo menos parcialmente, sem, contudo, isto fazer parte da sua ideologia.

Eagleton diz que a questão da legitimação precisa ser vista de forma “normativa” e “pragmática”, pois, muitas vezes, os grupos subalternos aceitam a forma de governar de seus governantes por não conseguirem enxergar nenhuma outra alternativa.

Quando uma classe social quer assumir um poder, ela passa suas idéias para obter o maior número de apoio e aceitabilidade, mas quando ela consegue chegar ao poder e já está confortavelmente instalada, coloca em prática o seu próprio interesse, diferente do que antes havia apregoado; então, segundo os teóricos marxistas é neste momento que se estabelece a ideologia.

Segundo Eagleton (1997, p. 62),

[...] as ideologias bem sucedidas são aquelas que tornam suas crenças naturais e auto-evidentes – fazendo-as identificar-se de tal modo com o “senso comum” de uma sociedade que ninguém sequer imaginaria como poderiam chegar a ser diferentes.

Neste sentido, há um encaixe tão perfeito da ideologia e a realidade, onde as pessoas não conseguem perceber a sua presença e até mesmo podem afirmar a sua não existência.

3.3 A LINGUAGEM JORNALÍSTICA

Para se realizar a análise de conteúdo de textos de um jornal diário, há necessidade de se entender o que é jornalismo e como suas notícias se processam na sociedade contemporânea.

A notícia, quer, seja oral ou escrita é a forma mais antiga de se tomar conhecimento dos fatos ocorridos, não presenciados pelo receptor; na atualidade esses acontecimentos nos chegam com maior rapidez, através de notícias oriundas dos lugares mais longínquos.

Mesmo com o desenvolvimento da tecnologia e diversificação dos meios de comunicação, os jornais impressos continuam presentes em nosso cotidiano, com ampla circulação e grande diversidade de distribuição, tanto diário, como semanal e mensal, contendo notícias locais, regionais e/ou mundiais.

Segundo Lage, o que antigamente eram apenas relatos de acontecimentos importantes, com a evolução da tecnologia, a intensificação do consumo e o aumento da concorrência dos divulgadores, alterou-se em sua forma de apresentar, embasada nas técnicas de marketing para atrair o maior número de público, ou seja, tornou-se objeto de consumo.

Para Hudec (1980), como o jornal participa da sociedade, ele não deixa de ser uma mercadoria capitalista, voltada a atingir um maior número de público, tendo como objetivo o lucro, motivo pela qual, as notícias não são divulgadas aleatoriamente, mas através de um processo de escolha dos temas que representem os verdadeiros interesses da sociedade como um todo. Lage comenta que na teoria marxista, a notícia é um objeto de consumo, direcionada para a tendência da sociedade.

Outro fator importante vem a ser a fidelidade dos fatos, uma vez que o leitor espera encontrar na notícia a credibilidade do real, sem alteração ou invenção.

O jornal também pode ser considerado como um meio de comunicação de massa, uma vez que é produzido em escala industrial e, sendo assim, a notícia, não traz em si apenas o pensamento do autor, mas também está incorporada o da coletividade produtora, ou seja, da massificação industrial de produção, além do que, como comenta Bassetto (2005),

O jornalismo ao estar ligado ideologicamente, ou financeiramente a uma classe, se torna representante fiel desta classe e acaba por deixar em segundo plano a fidelidade aos fatos e a universalidade. ...Ou seja, um veículo de comunicação não publica nada que possa prejudicar um anunciante, ou uma instituição direta ou indiretamente comprometida com a sua empresa. Estes meios acabam manipulando ou direcionando a opinião pública a seu favor.

A autora exemplifica essas manipulações, citando que, recentemente a Rede Globo de Televisão, na época das eleições, demonstrava ser totalmente contra o partido da esquerda e posteriormente reverteu sua posição para a defesa ao governo Lula.

Não há como desvincularmos o jornalismo da sociedade; através de suas notícias ele pode influenciar o pensamento e comportamento da sociedade passando além da notícia em si, também a sua ideologia e seu ponto de vista.

Muitas vezes, por interesses econômicos e financeiros, o jornalismo não deixa transparecer a sua ideologia, com intuito de não perder clientes.

“as grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico” (LAGE 1997, p. 42). Como já dissemos anteriormente, a cultura faz parte da sociedade, ela é a sua identidade e reflete a maneira como ela emprega a ideologia em sua linguagem.

O Jornal diário é cada vez mais instado a compilar fatos já divulgados, investigar causas e antecedentes mais ou menos remotos, interpretar e produzir versões da realidade – a fazer reportagem, em suma. As notícias impressas refugiam-se nos periódicos e seções especializadas (em economia, espetáculos, cultura, etc.), sempre que o interesse específico se sobrepõe aos critérios mais gerais de avaliação. (LAGE, 1997 p. 25).

Bassetto comentando o livro, *O Poder no Jornalismo* de Mayra Rodrigues Gomes, onde, ela afirma que o jornalismo tem o poder de mudar ou interferir na realidade, transformando as informações, uma vez que o jornalista não consegue ser imparcial na produção do texto a ser divulgado.

Como o consolidar do real deixa muitas dúvidas, é possível que o jornalismo intervenha na realidade, mas há algo que lhe escapa do relato na apropriação dos receptores e que em alguns momentos até contraria as estratégias enunciativas de mobilização da opinião pública. (GOMES, 2003 apud BASSETTO, 2005, p. 4).

A sociedade, de um modo geral, acredita no jornalismo mesmo quando este veículo publica posições próprias a respeito dos fatos, transpassando sua ideologia, sem que os leitores percebam tal posicionamento.

O jornalismo trabalha no sentido de manipular o conceito da verdade e também na manutenção do *status quo* das classes economicamente dominantes. Bassetto (2005, p. 7) diz que, “a história mostra que pensar em um jornalismo totalmente livre do poder político e econômico é quase uma utopia.” É verdade esta afirmação, quando bem sabemos que o jornalismo se tornou objeto de consumo, onde, além do seu conteúdo, também a sua imagem vem a caracterizar o chamariz para o consumidor, que passa a ser considerado como cliente, aquele que traz lucratividade, interesse maior, o qual faz voltar o seu direcionamento na conquista de maior número deles.

4 A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA VISÃO DE INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL, NO JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”

Neste capítulo, busca-se fazer uma pesquisa teórica do que vem a ser a Análise de Conteúdo e empregá-la dentro do estudo da fonte impressa do jornal “O Estado de S. Paulo”, no período de 01 janeiro a 31 de dezembro de 2007, contemplando a leitura sistemática e investigação quantitativa das informações e dados divulgados no jornal. A exposição atenta para demonstrar os avanços e entraves ocorridos entre os países membros do Mercosul, as interfaces com outras nações e órgãos internacionais, bem como, a inferência apresentadas pelo periódico nos contextos divulgados.

Em Apêndice, encontram-se os quadros estatísticos dos dados referentes às análises de conteúdo que fazem parte desta dissertação.

O resultado da pesquisa se apresenta da seguinte maneira: 4.2) Conceito da Análise de Conteúdo e suas implicações nas análises de textos jornalísticos 2) Relato da história da linha Editorial do Jornal “O Estado de S. Paulo”; 3) Apresentação gráfica das quantidades de publicações efetuadas e que fizeram parte do objeto de estudo, por país membro e assuntos gerais; 4) Apresentação gráfica da percepção dos artigos publicados, estabelecendo a seguinte categoria: favorável, neutro ou desfavorável ao Mercosul; e 5) exposição da síntese dos artigos, por país membro, e assuntos gerais, demonstrando a conotação dada pela imprensa com relação aos acordos e/ou tratados comerciais; das informações em gerais relacionadas ao bloco e das Notas de Informação, que representam o Editorial do Jornal.

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

4.1.1 Evolução da Análise de Conteúdo

Segundo Bardin (2008), há muito tempo a interpretação de texto era realizada, dentro das mais diferentes formas, como na hermenêutica, porém, a análise de conteúdo tem seu berço no início do século XX nos Estados Unidos, tendo como embrião a análise de textos jornalísticos efetuados pela Escola de Jornalismo de Colúmbia, onde foram comparados os semanários rurais e os diários

cotidianos, medindo o grau de sensacionalismo dos seus artigos. A partir de então, prolifera o interesse pela contagem e medida, onde as análises são feitas em cima dos artigos, tamanho dos títulos e localização na página.

A autora ainda comenta que (2008, p. 17),

O nascimento na análise de conteúdo provém da mesma exigência que se manifesta igualmente na lingüística, Mas a lingüística e a análise de conteúdo ignoram-se mutuamente e continuam a desenvolver-se ainda por muito tempo tomando caminhos distintos, apesar da proximidade do seu objecto, já que uma e outra trabalham na e pela linguagem.

Nas décadas de 40 e 50 predominam as regras de análise realizadas por Berelson⁵, auxiliado por P. Lazarsfeld, mencionados por Bardin, cuja definição de análise de conteúdo foi dada pelo primeiro em 1971 (apud BARDIN, 2008, p. 20), “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Esta definição foi posteriormente completada pelos analistas americanos, onde houve expansão das técnicas da análise de conteúdo, com a contribuição da união das seguintes áreas: etnologia, história, psiquiatria, psicanálise, lingüística, sociologia, psicologia, ciências políticas e jornalismo, onde, passam a ser considerados os fatores metodológicos e epistemológicos.

Dentro do fator epistemológico, vincula as concepções de dois modelos de comunicação: instrumental e representacional, conforme abaixo definido por Pool (1959 apud BARDIN, 2008, p. 22):

De maneira grosseira, arrogamo-nos o direito de dizer que “representacional” significa que o ponto importante no que diz respeito à comunicação é o revelado pelo conteúdo dos *itens* lexicais nela presentes, isto é, que algo nas palavras da mensagem permite ter indicadores válidos sem que se considerem as circunstâncias, sendo a mensagem o que o analista observa. Grosso modo, “instrumental” significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela veicula dados o seu contexto e as suas circunstâncias.

No plano metodológico, há tanto a abordagem quantitativa quanto qualitativa; enquanto que a primeira mede a frequência de certas características do conteúdo, a segunda demonstra a sua presença ou ausência dentro de uma mensagem.

⁵ B. Berenson, analista de comunicação da Universidade de Chicago e da Universidade de Columbia.

Como comenta Bardin, há menor rigidez na exigência de objetividade dentro da análise de conteúdo do que na época de Berelson, conforme anteriormente mencionado, além do que também se confundia objetividade com cientificidade.

Para Bardin (2008, p. 30-31), existe uma sutileza dos métodos de análise de conteúdo:

- a *superação da incerteza*: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efectivamente contido, podendo esta <<visão>> muito pessoal ser partilhada por outros?
Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?
- e o *enriquecimento* da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, e já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou afirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a *priori* não possuíamos a compreensão.

Estes dois fatores advêm da curiosidade e/ou necessidade de descobrir, de ir além das aparências, que induz a efetivar uma análise de conteúdo e enriquecer o entendimento da mensagem, também, efetivar provas que irão confirmar ou negar a hipótese pela qual formulamos em uma mera pré-análise sem investigação, além do que, ambos se interagem e se reforçam.

A análise de conteúdo é um método empírico focado na interpretação dentro do objetivo pretendido, não existe uma fórmula concreta para sua realização, segundo Bardin (2008, p. 32-33), “[...] a cada momento tem que ser reinventado[...] é um conjunto de técnicas de análises das comunicações.”

Existe uma infinidade de procedimentos para se efetuar a análise de conteúdo, isto vai depender do documento a ser analisado e do objetivo de cada investigador. Bardin comenta que quanto mais complexa a investigação, maior a probabilidade de se criar novas técnicas de análise.

Henry e Moscovici (1968 apud BARDIN 2008, p.34), diz que, “<<tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo.>>, porém o que não for lingüístico é excluído desta forma de análise”.

4.1.2 Meios para Análise de Conteúdo

Bardin apresenta dois critérios para preliminarmente sistematizar o conjunto de tipos de comunicação, que seria identificar:

- a) a quantidade de pessoas implicadas na comunicação e;
- b) a natureza do código e do suporte da mensagem. A partir daí, há necessidade da delimitação dos registros a serem analisados.

A autora ainda comenta que mesmo passados 20 anos a definição de análise de conteúdo dada por Berelson (1971), continua a ser o início de sua fase (2008, p. 38),

- homogêneas: poder-se-ia dizer que, não se mistura alhos com bugalhos>>;
- exaustivas: esgotar a totalidade do <<texto>>;
- exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
- objectivas: codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais;
- adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objectivo.

Apesar de se utilizarem procedimentos sistemáticos e objetivos para se fazer a descrição dos conteúdos das mensagens, todavia, não se deve ater somente neste ponto, uma vez que a principal intenção é a *inferência* de conhecimento que o texto trará no final. Desta forma, há necessidade de se fazer a dedução de maneira lógica sobre a condição de produção, podendo ser ou não quantitativas. Bardin (2008, p. 41) diz que, “o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os <<documentos>> que pode descobrir ou suscitar.”

Quando da realização da Allerton House Conference em 1955, foram realçados os aspectos da inferência na análise de conteúdo, apontados por BARDIN (2008, p. 41). e os dois tipos de problemas que ela pode responder,

- o que é que *levou* a determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem;
- quais as *conseqüências* que determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto refere-se aos possíveis efeitos das mensagens (por exemplo: os efeitos de uma campanha publicitária, de propaganda).

Continuando, comenta que a análise de conteúdo, visa determinar com proximidade as condições da produção dos textos, todavia, ainda não possibilita a

inferência, devido aos seguintes fatores: “variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem.” (2008, p. 42)

Na realização da análise de conteúdo deve-se fazer uma correspondência entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as psicológicas ou sociológicas (condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados. Através disto, atingem-se outros “significados” quer seja de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.; em cima dos significantes ou de significados já existentes.



Fonte: (BARDIN, 2008, p. 43)

Estas inferências procuram verificar as causas ou as conseqüências advindas da mensagem, o que em uma leitura normal não se consegue chegar nestes resultados.

Para se efetuar a análise do conteúdo deve utilizar várias operações analíticas, adaptadas ao material e a questão objeto da pesquisa a fim de resultar em uma interpretação final fundamentada. Pode-se efetuar análises dos *significados* (temática); ou dos *significantes* (lexical, dos procedimentos).

O objeto do conteúdo é a fala, o seu aspecto individual e atual; o ato da linguagem; o que o faz diferenciar da lingüística, pois enquanto que a segunda tem por objeto a língua e se ocupa das formas e da sua distribuição, a análise de conteúdo considera as significações (conteúdo) e eventualmente a forma e a distribuição destes conteúdos, isso implica que “...a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através da mensagem” (BARDIN 2008, p. 45)

4.1.3 Unidade de Registro e de Contexto

4.1.3.1 Unidade de registro

Existem muitas variáveis para se estabelecer a unidade de registro a ser investigada, pois se podem estabelecer recortes sobre o tema (nível semântico) e/ou encima de palavras ou frases (nível lingüístico), todavia, Bardin (2008, p.130) diz que, “o critério de recorte na análise de conteúdo é sempre de ordem semântica, se bem que, por vezes, exista uma correspondência com unidades formais (exemplos: palavra e palavra-tema; frase e unidade significativa).” Cita algumas unidades de registro mais utilizadas para confecção da análise de conteúdo:

- *O Tema*: é geralmente utilizado como forma de descobrir “núcleos de sentido”, como se apresentam e com que freqüência o mesmo aparece.
- *A Palavra*: também pode ser levada em consideração na unidade de registro, podendo ser retida unicamente as palavras-chave ou as palavras tema, distinguir as palavras plenas e vazias, ou ainda também enfatizar a sua categoria: verbos, substantivos, adjetivos, etc.
- *O objeto ou referente*: refere-se aos temas-eixo direcionados para a organização do discurso.
- *O Personagem*: pode ser analisado, combinado com outras unidades de registro, por exemplo: idade, traços de caráter, papel, estatuto social, etc.; podendo também se questionar Quem? Em que situação? Com que Papel?
- *O Acontecimento*: recortado em unidade de ação. Exemplo: (filmes, lenda, contos, relatos míticos, artigos de imprensa).
- *O Documento*: quando este pode servir para análise rápida (um filme, um artigo, um livro, um relato, uma entrevista, etc).

4.1.3.2 Unidade de contexto

O contexto serve para compreender e codificar a unidade de registro, uma vez que, em muitas vezes há necessidade de se fazer referência ao contexto para processar a unidade de registro. Bardin afirma que (2008, p. 133), “geralmente, quanto maior é a unidade de contexto mais as atitudes ou valores se afirmam numa análise avaliativa[...]”. Dependendo da dimensão da análise de contexto, o resultado pode ter uma sensível variação.

4.1.4 A Inferência na Análise de Conteúdo

Como já comentado na análise de conteúdo, o analista se aprofunda no texto para saber mais a respeito dele, para isto, Bardin diz que existem alguns pólos que vêm a atrair o indivíduo para realização da leitura mais aprofundada.

A análise de conteúdo se ancora nos seguintes elementos da comunicação:

- No emissor, produtor da mensagem: um único indivíduo ou um grupo deles, podendo estabelecer a hipótese de que a mensagem tem a característica do emissor. Por exemplo: A análise dos discursos políticos oferece alguns dados pessoais do orador.
- Na mensagem: não tem como fazer análise de conteúdo sem estar interagido com a própria mensagem; ela representa o alicerce deste tipo de análise. Dentro da mensagem pode escolher dois níveis de análise, conforme mencionado por Bardin (2008, p. 164), “o continente e o conteúdo; ou ainda os significantes e os significados; ou ainda o código e a significação[...]”.

Neste universo, para atingir um, há necessidade de se passar pelo outro, pois para se estabelecer o conteúdo há necessidade de se passar pelo continente, ou seja, não tem como estabelecer a significação sem passar pelo significante; e toda mensagem se efetua através de um código.

O código é estabelecido sempre por um objeto sógnico, ou um conjunto deles que exprime uma classe social, uma cultura enquanto que a significação traz o entendimento sobre a mensagem dentro da análise de conteúdo. Exemplo: Quais os assuntos abordados? Quais os conteúdos do discurso? Como se apresentam os temas?

Sendo assim, a análise de conteúdo constitui-se em uma boa ferramenta que permite inferir as causas e suas variáveis através de alguns indicadores, tais como: os costumes do emissor e dos receptores, a origem dos indivíduos, o grau de instrução, forma de comunicação, tendência, cultura, etc.

4.1.5 Tipos de Análises de Conteúdo

Foram focados os dois tipos de análise que serão utilizados para estudo desta dissertação, ou seja: Categorical e de Avaliação.

4.1.5.1 Análise Categorical

Para Bardin, a análise por categoria apesar de ser mais antiga é a mais utilizada dentro da análise qualitativa e se faz através do desdobramento do texto. Neste desdobramento, classificam-se elementos dentro do que há em comum entre eles. A categorização é utilizada quotidianamente em nossas vidas e facilita o entendimento desta ou daquela categoria.

A categoria não pode pertencer ao mesmo tempo a dois ou mais grupos, há necessidade de se haver homogeneidade, com um único princípio de classificação. Caso haja diferentes tipos de análise, é preciso que uma se separe da outra, formulando análises separadamente.

Bardin (2008, p. 146), comenta que há duas etapas para categorização: “o inventário que consiste em isolar os elementos; e a classificação, que é repartir os elementos, e, portanto, procurar ou impor uma certa organização às mensagens”.

A categorização dentro da análise de conteúdo significa dizer que, se passam os dados do estado bruto para o organizado, ou seja, permite esquematizar um número de dados e ordená-los dentro de uma classe de fatores, conseqüentemente consegue-se com maior clareza visualizar fatos e estados que no estado bruto não seria possível.

Bardin (2008, p. 147-148), diz que para se ter um conjunto de boas categorias, há necessidade de se possuir algumas qualidades,

- A exclusão mútua: cada elemento somente pode estar em uma categoria;
- A homogeneidade: um único princípio de classificação deve governar a sua organização;
- A pertinência: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido.
- A objetividade e a fidelidade: As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas à várias análises. As distorções devidas à subjetividade dos codificadores e a variação dos juízos não se produzem se a escolha e a definição das categorias forem bem estabelecidas
- A produtividade: Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos.

Estas qualidades categoriais quando bem empregadas, fazem com que o resultado da análise do conteúdo seja mais confiável.

4.1.5.2 Análise de Avaliação

Segundo Bardin, esta técnica de análise foi instituída em 1956, por Osgood, Saporta e Nunnally e tem por finalidade medir as atitudes do locutor com relação à produção de sua fala. Tal análise é conhecida como “representacional”, pois a linguagem, objeto de análise representa e reflete o produtor dela.

[...] nós temos opiniões sobre as coisas, os seres, os fenômenos, e manifestamo-las por juízos de valor. Uma atitude é um núcleo, uma matriz muitas vezes inconsciente, que produz (e que se traduz por) um conjunto de tomadas de posições, de qualificações, de descrições e de designações de avaliação mais ou menos coloridas. Encontrar as bases destas atitudes por trás da dispersão das manifestações verbais é o objetivo da análise de asserção avaliativa. (BARDIN, 2008, p. 201)

Neste tipo de análise, está relacionada com a psicologia social que se prende em obter uma noção da atitude do interlocutor, no sentido de entender a intensidade e direção apresentada no texto, como por exemplo:

- a *direção* - vai identificar os dois parâmetros do sentido da opinião (contra ou a favor, desfavorável ou favorável) para Bardin (2008, p. 202),

A opinião pode ser positiva ou negativa, amigável ou hostil, aprovadora ou desaprovadora, otimista ou pessimista, pode-se julgar uma coisa como boa ou má, etc. Entre os dois pólos nitidamente orientados existe eventualmente um estado intermédio, a neutralidade, ou a ambivalência.

- a *intensidade* – vai identificar o grau de convicção, ou seja, a intensidade do conteúdo expresso.

Há diferentes inesgotáveis maneiras em se processar a análise do conteúdo, a qual está vinculada à análise das mensagens, quer seja, um texto, uma palavra, um enunciado; e estas se realizam dentro das condições sociais, econômicas e políticas onde o seu produtor está inserido.

4.2 PERFIL DO JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”

A idéia em se criar um jornal na capital, que viesse a defender os ideais da maioria dos participantes da convenção Republicana, surge em 1873 na cidade de

ltu. Em 04 de janeiro de 1875 é feita a primeira edição da “A Província de S. Paulo” que mesmo sem assumir explicitamente os propósitos republicanos, faz constar idéias que vêm de encontro com o mesmo.

Em 1890, a denominação do jornal é alterada para “O Estado de S. Paulo”, também conhecido como “O Estadão”.

No transcorrer de sua história, o jornal, em suas linhas editoriais, demonstrou tanto apoio, quanto desapoio a vários acontecimentos políticos; vindo a ser confiscado pela ditadura em 1940 e devolvido a seus proprietários em 1945.

No transcorrer dos anos, houve diversas alterações e modernizações, tanto em sua estrutura patrimonial, quanto no “lay-out” de suas impressões, atingindo cada vez um público maior, sendo considerado em dezembro de 2007 como o quarto jornal em circulação no Brasil, com uma média diária de 250 mil exemplares e o primeiro na Grande São Paulo, com média diária de 159,9, mil exemplares.

Além deste jornal, o Grupo Estado participa de várias outras empresas de comunicação, tanto de jornal, rádio, publicidades e agentes de notícia; pertence a família Mesquita.

No caderno “Notas e Informações”, que sempre está localizado na página 3, os textos nele contidos fazem parte do seu editorial, identificando sua linha de pensamento, cuja postura é denominada por eles próprios, como o de: “conservadorismo político” e de “liberalismo econômico”, todavia algumas vezes toma posições liberalistas, como exemplo a defesa da legalização do aborto no Brasil, a crítica a chefes de Estado e o apoio ao presidente de centro-esquerda do Chile, Michelle Bachelet.

No Relatório de Responsabilidade Corporativa (2005), na parte de Audiência há uma definição de como deve ser o jornalismo e a sua própria missão organizacional,

Os jornalistas devem possuir o impulso de educar. O impulso missionário. Não devem se contentar em dizer ao público o que ele quer saber, mas também, e principalmente, ter a coragem de lhe dizer o que ele deveria e precisaria saber, mesmo que não goste disso.

A missão do jornal é:

a) a não veiculação de teses que atentem contra a dignidade da pessoa humana ou que agridam os princípios da ética informativa; b) disposição de

admitir os erros. A livre admissão do erro é a melhor prova de senso de honra; c) defesa dos direitos e liberdades individuais, do pluralismo democrático e da identidade sociocultural do Brasil e de São Paulo.

Não foi encontrado, em nenhuma publicação pesquisada, o perfil dos leitores do jornal, e tampouco é de conhecimento que exista alguma informação a respeito.

Por experiência profissional em grandes organizações, percebo que o jornal O Estado de S. Paulo faz parte do cotidiano de leitura da maioria dos dirigentes das empresas, pela sua forma conservadora e abrangente nas divulgações dos fatos, atendendo às expectativas e valores de seus leitores, dentro de elevado nível de aceitação e confiabilidade.

É importante salientar que os leitores deste periódico estão distribuídos nas classes sociais mais favorecidas economicamente.

4.3 VISÃO PANORÂMICA DO JORNAL COM O MERCOSUL.

4.3.1 Visão Geral

Dentro da análise feita pelas publicações gerais sobre o Mercosul, emitidas pelo Jornal O Estado de S. Paulo, podemos encontrar 52 artigos publicados por autores, na maioria Correspondentes, de Brasília, Buenos Aires, Montevideu e Genebra e na sua minoria alguns articulistas esporádicos, conforme tabela abaixo:

Quantidade Notícias Publicadas – Mercosul

MÊS/2007	GERAL	ARGENTINA	PARAGUAI	URUGUAI	TOTAL
JANEIRO	10	2	0	1	13
FEVEREIRO	3	1	0	2	6
MARÇO	0	2	0	1	3
ABRIL	0	0	0	0	0
MAIO	0	1	3	0	4
JUNHO	2	2	1	0	5
JULHO	2	0	0	1	3
AGOSTO	1	0	1	1	3
SETEMBRO	0	1	0	0	1
OUTUBRO	0	1	0	0	1
NOVEMBRO	3	1	1	3	8
DEZEMBRO	4	0	0	1	5
TOTAL	25	11	6	10	52

Tabela elaborada pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

Nas divisões das análises, contemplam as apresentações individuais da Argentina, Paraguai, Uruguai, e Geral, deixando de se apresentar o Brasil separadamente, pois, ele contracenava com os demais países nos diversos artigos publicados.

Apenas para título de informação, diversas notícias sobre a Venezuela e Bolívia foram divulgadas no período de 2007, todavia, a maioria delas referia-se mais às políticas internas do país e sua forma de governo, não relacionadas diretamente com o Mercosul; e as que tinham algum relacionamento; estavam envolvidas com as políticas internas governamentais, dificultando suas entradas como membros plenos do bloco. Apesar de a Venezuela ter assinado sua adesão definitiva, até a presente data isto ainda não se efetivou, faltando a aprovação do parlamento brasileiro.

O Chile, que participa como membro associado, também não será objeto de análise nesta dissertação, mesmo porque durante todo o ano estudado nenhuma menção foi feita a ele, dentro do jornal O “Estadão” que tivesse envolvimento com o bloco econômico.

Através do gráfico abaixo, podemos observar que 68% das notícias publicadas estavam contidas no caderno de Economia, seguida de 12% no Caderno de Negócios, as demais em outros cadernos, representando uma porcentagem irrelevante.

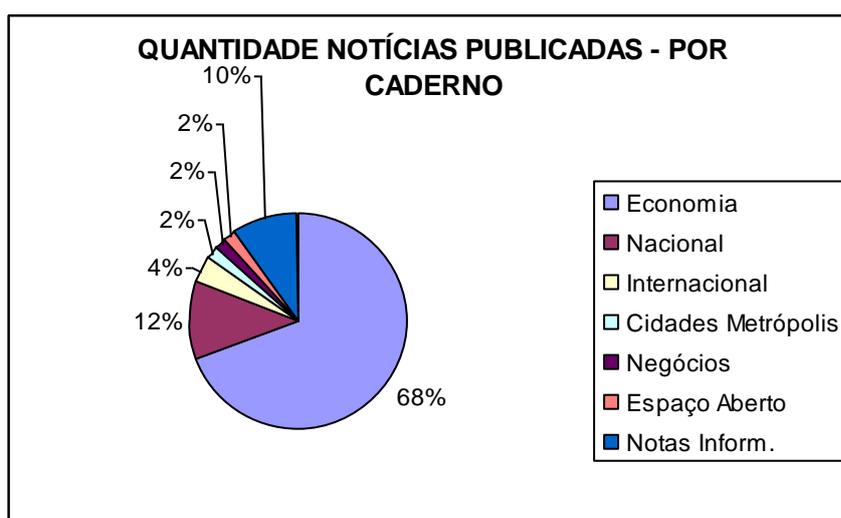


Gráfico elaborado pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

Durante todo o ano estudado, somente constaram, em destaque na primeira página do jornal, três notícias, mesmo assim, ocupando um espaço também irrelevante, podendo-se constatar que a pauta Mercosul não é atrativa para a maioria dos leitores, pois não mereceu maior conotação; ou, provavelmente porque não houve acontecimentos significativos para acentuar suas publicações.

As notícias veiculadas pelo jornal enfatizam sempre os conflitos no âmbito do Mercosul, demonstrando a fragilidade de integração, dentro dos objetivos e metas estabelecidos.

Na análise do conteúdo que fizemos, através dos artigos publicados, estabelecemos as seguintes categorias: Favorável, Neutro e Desfavorável, isto em relação a forma como o jornal transmite e transparece ao leitor sobre os acordos comerciais ou relacionamentos entre os países membros do bloco.

Após análise, concluímos, conforme demonstra a tabela abaixo, que 29 artigos apresentam-se como Desfavoráveis, representando 56% do total, seguidos de vinte e um artigos que se apresentam como Neutros, correspondendo a 40%; e apenas 2 foram apresentados como Favoráveis; dos quais, pode-se constatar que um deles se refere à assinatura de acordo comercial com Israel efetivada em 18 dezembro 2007 e o outro sobre o restabelecimento das negociações do Mercosul com a UE, para maio de 2008.

Categorias de Conteúdos Publicados

	Favorável	Neutro	Desfavorável
Argentina	0	9	2
Paraguai	0	5	1
Uruguai	0	4	6
Geral	2	3	20
TOTAL	2	21	29
%	4	40	56

Tabela elaborada pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

Um ponto observado é que não há grande distanciamento entre as quantidades de artigos publicados nas categorias, Neutro e Desfavorável; levando a crer que não há uma tendência relevante para o direcionamento do conteúdo; todavia, quando se observa os artigos onde há envolvimento da Argentina com o

Brasil o conteúdo se apresenta mais neutro do que quando se apresentam estes países com os demais e podemos inferir que, apesar dos problemas internos entre eles, ainda há maior entendimento e interesses entre ambos.

4.3.2 Visão - Argentina

Foram analisados 11 artigos que estavam relacionados com Argentina e Brasil, correspondendo a maioria deles a oito publicações, localizadas no Caderno de Economia; e, dentro do espaço reservado para as matérias específicas, conforme o gráfico abaixo, percebe-se que a maioria das notícias preenche $\frac{1}{4}$ da página do jornal.

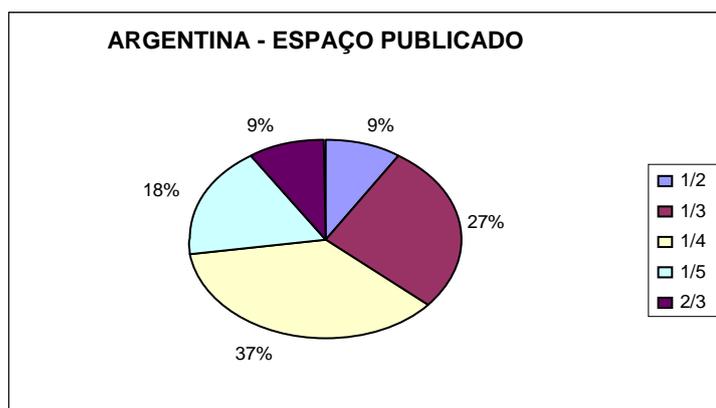


Gráfico elaborado pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

Sabe-se que a Argentina é o maior parceiro econômico do Brasil dentro do Mercosul e que historicamente, por uma série de fatores, são considerados rivais. Sabemos, conforme mencionado no segundo capítulo, que houve grande crescimento comercial entre eles, mas também não há como negar que neste período de existência do Mercosul, muitas concessões brasileiras tiveram que ser efetivadas.

O ano inicia-se com a divulgação feita por Celso Ming em 05 de Janeiro, da abertura do processo pela Argentina junto à OMC, contra o Brasil; em virtude da sobretaxa pela entrada em seu território da resina PET (sigla de polietileno tereftalato), usadas nas embalagens de refrigerantes e água, oriundas da Argentina. O governo brasileiro entendeu que as exportações deste produto, caracterizavam-se como prática de *dumping* (venda de produto a preço inferior ao do mercado interno),

com o intuito de desenvolver uma concorrência desleal; todavia, somente em 7 de junho a Argentina formaliza, na OMC, esta queixa que é divulgada pelo jornal.

Apesar do encontro realizado entre Brasil e Argentina, não chegaram a nenhum entendimento, uma vez que o Brasil aguardava da indústria argentina os dados solicitados para poder rever os cálculos do preço e avaliar a retirada ou redução da barreira, porém isto não ocorreu. Também foi divulgada a surpresa, por parte da OMC, desta atitude da Argentina por levar seu desentendimento à entidade, contra um país do mesmo bloco econômico. .

Através de seu correspondente em Genebra, Jamil Chade, vem a esclarecer com maior detalhe a disputa dos dois países neste entrave comercial: a Argentina justifica sua atitude em recorrer à OMC, pelo fato de o Brasil instituir a sobretaxa irregularmente, ferindo o acordo *antidumping* daquele órgão; e o Brasil, por sua vez alega, em sua defesa, que a sobretaxa foi introduzida pelo fato de constatar em suas investigações que empresas Argentinas exportavam o produto com preço 50% inferior ao praticado no mercado interno, “*os argentinos querem que a OMC diga se a barreira brasileira é ou não legal*”. (CHADE, 07 jun. 2007, B9)

O que se pode notar é que o jornal aponta a fragilidade do bloco, onde, os mecanismos internos de resolução de controvérsia, não são explorados integralmente dentro do bloco econômico, tendo-se que recorrer a um tribunal externo da OMC.

Mesmo com estes desentendimentos entre os dois países, o Brasil não criticou as políticas comerciais da Argentina junto a OMC, alvo de avaliação a cada quatro anos por aquela entidade. “*O Brasil, porém, preferiu elogiar o crescimento econômico do vizinho e evitou qualquer referência a barreiras que hoje atrapalham o comércio bilateral.*” (CHADE, 13 fev.2007, B9)

Ao mesmo tempo da controvérsia acima citada, em 20 de janeiro é divulgada a aliança entre Argentina e Brasil junto à OMC, com intuito de se efetuar um estudo sobre os subsídios concedidos pelo EUA, para vários produtos agrícolas, incluindo o milho; uma vez que, por ocuparem o segundo e terceiro lugar respectivamente, de maiores exportadores deste produto, se sentem afetados por esta atitude norte americana, “*a disputa está em nível de consultas. se não houver acordo, árbitros serão convocados pela OMC para tentar dar uma solução*”. (CHADE, 2007, B11)

Podemos perceber que o Brasil tem tentado contribuir de alguma forma com o país vizinho; também no que tange a exportação de energia à Argentina (pois, como

já havia sido divulgado anteriormente pelas mídias, sobre a grande crise energética que aquele país estava passando) na modalidade “interruptível”, ou seja, não podendo haver interrupção pelo Brasil a qualquer momento, caso venham ocorrer problemas de suprimentos no mercado interno.

Outro fator que contribui para o estreitamento das relações Brasil e Argentina, é o grande investimento de empresas brasileira naquele país, com a aquisição de várias empresas argentinas dos setores de cimento, carne, bebidas, petróleo e têxtil, envolvendo bilhões de dólares, sem contarmos com o ingresso de empresas de pequeno e médio porte também brasileiras no mercado argentino; contribuindo para a alavancagem da economia e conseqüentemente mais exportações.

Em um dos artigos veiculados o título apresenta-se como: “*Argentina é cada vez mais brasileira*” (GUIMARÃES; SILVA, 18 mar. 2007, B6), onde comenta que seis setores chaves da economia argentina já são dominados por empresas brasileiras “de 2002 a 2006, houve fluxo de cerca de US\$ 7 bilhões em investimentos brasileiros na Argentina, calcula o economista Dante Sica, diretor da consultoria Abeceb e ex secretário da Indústria.” (Ibidem), do governo argentino, sem contar que as estimativas de investimentos brasileiros para aquele país, de 2006 a 2008 seriam em torno de US\$ 2,047 bilhões, todavia investimentos inversos são raros no Brasil.

Estes investimentos demonstram a credibilidade na economia da Argentina por parte do Brasil, sem contar que a zona de livre comércio do Mercosul, facilita a transação dos produtos entre os países membros.

Palácios (27 mai. 2007, A16) comenta que, “*para analistas, investimentos do Brasil não causam reação negativa*”, atualmente a Argentina enxerga o Brasil, não como imperialista, mas como um país que busca uma integração, em busca de consolidar uma liderança regional, apesar de antigamente ser visto por eles próprios como uma ameaça, hoje é visto como parceiro.

Muito se noticiou, durante este ano sobre a eleição do novo presidente da Argentina, em virtude de um dos candidatos ser esposa do presidente em exercício, valendo a pena destacar dois pontos importantes que podem influenciar no Mercosul, primeiro que a Presidente Cristina Kirchner, quando eleita em outubro de 2007, destacou a prioridade de sua gestão em ampliar o Mercosul, conforme anúncio do dia 31 de outubro e o segundo é que, logo no início de seu mandato, assume a presidência pro-tempore do Mercosul para os próximos seis meses e

destacou em “*incorporar a Venezuela ao bloco*” (PALÁCIOS, 2007, A16), como um fator importante para fechamento de acordos energéticos. Vale lembrar que a Venezuela tornou-se um grande financiador da economia argentina e também da campanha eleitoral presidencial desta presidente.

Também destacou a posição de países vizinhos ao Mercosul (no caso EUA, não foi explícita) ter interesse da desunião dos países do bloco, para que ele possa depois exercer poder hegemônico sobre eles.

Em 03 de novembro, o chanceler brasileiro Celso Amorim, comenta que, Brasil e Argentina se encontram em ótima fase, onde as relações com a nova Presidente serão de continuidade, em virtude de não terem até o presente momento nenhum projeto novo e que as divergências ocorridas entre eles junto a OMC já foram sanadas, “*a relação vem passando por um momento de maturidade. O que esperamos é poder trabalhar pela unidade e fortalecimento do Mercosul*”. (CHADE, 2007, B11)

4.3.3 Visão - Paraguai

Percebemos que durante todo o ano, pouco se comenta sobre as tratativas comerciais com países de menor desenvolvimento, membros do Mercosul.

Seis artigos publicados foram analisados, no período estudado, com relação a este país com os demais membros do bloco. Esses artigos encontram-se diversificados nos Cadernos de suas publicações, onde, 32% deles ocupam um espaço de ½ página, conforme gráfico abaixo.

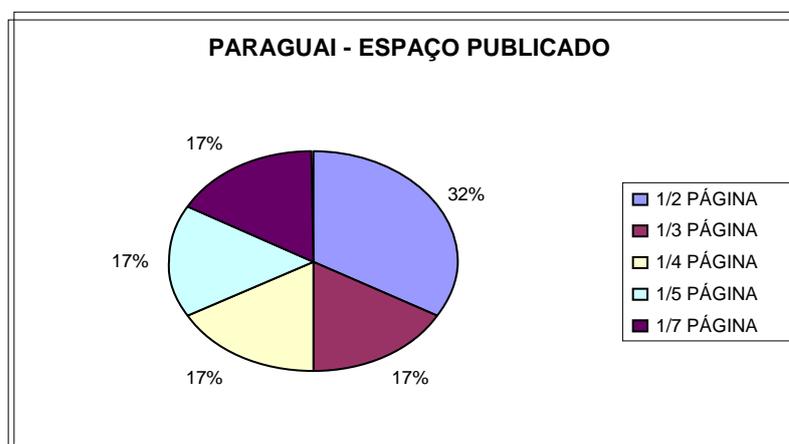


Gráfico elaborado pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

O Brasil como país de maior desenvolvimento econômico no bloco, contribui com estes países, ajudando-os em infraestrutura e desenvolvimento econômico, a fim de que eles possam ter maior desenvolvimento e conseqüentemente melhorar as condições de vida de seus povos, com, intuito de mantê-los dentro do bloco, mesmo com menor crescimento comercial com relação à Argentina e Brasil.

Em 05 de maio de 2007 no caderno Cidades/Metrópole é divulgada a aprovação do Mercosul para a construção de uma nova ponte sobre o rio Paraná, a uma distância de 20 quilômetros da atual, ligando Foz de Iguaçu a Presidente Franco, com total subsídio brasileiro, cabendo apenas ao Paraguai a desapropriação de ambos os lados e a construção de acessos e obras complementares. Este investimento se deve em virtude da ponte da Amizade já estar se tornando insuficiente para atender o grande fluxo de pedestres e veículos.

Em 20 de maio de 2007, no caderno Nacional, foi divulgada “quase que como nota de rodapé”, a ajuda brasileira na produção do biodiesel e no combate da febre aftosa. O presidente brasileiro tem a intenção de ajudar o desenvolvimento do Paraguai e para isto poderá contar com a ajuda do BNDES e de parcerias entre empresários. Também comenta-se que o Brasil cobrou da Argentina parceria para ajuda no desenvolvimento deste país, mesmo que para isto seja necessária a utilização de 50% da energia de Itaipu.

Sete dias após a divulgação da intenção brasileira com o Paraguai, “O Estadão” em seu caderno de Diplomacia comenta sobre um artigo publicado no jornal paraguaio, *ABC Color* sobre o descontentamento deste país com a utilização brasileira da usina hidroelétrica de Itaipu, acusando o Brasil de imperialista “*Brasil, um país imperialista e explorador*”. (SANT’ANNA, 27 maio 2007, A16) Dos 100% da energia gerada, segundo o Tratado de Itaipu, 50% pertence a cada um dos países, todavia, pela utilização do Paraguai de apenas 5%, o restante é comprado pelo Brasil. Esta é uma questão que deveria ser esclarecida, ou seja, “colocar as cartas na mesa” e demonstrar se há alguém levando vantagem e/ou desvantagem neste acordo comercial.

Sobre este mesmo assunto em 16 de Novembro de 2007, Jamil Chade, Correspondente de Genebra, publica no caderno de Negócios sobre o governo de Nicanor Duarte reivindicar uma gestão compartilhada na Usina Hidroelétrica de Itaipu; é mencionado, pelo chanceler das Relações Exteriores do Paraguai, Rubens

Ramirez, que a taxa de ajuste de pagamento de energia já foi resolvido. Neste mesmo artigo também é comentada a intenção do governo paraguaio de criar um fundo alimentado por recursos dos países mais ricos do bloco, Argentina e Brasil, com intuito de ajudar a financiar as atividades de pequenas e médias empresas dos países de menor desenvolvimento.

Outras concessões feitas pelo Brasil, no sentido de ajudar o Paraguai, foram o oferecimento da construção, em seu território, de linhas de transmissão de energia elétrica, custeadas pela Eletrobrás, assim como a instituição da Medida Provisória 380, onde o Brasil legaliza os “sacoleiros” brasileiros a se abastecerem no comércio paraguaio, através da abertura de empresa micro-importadora, com recolhimento dos impostos em regime simplificado.

Apesar da relutância do Paraguai assim como do Uruguai em concordar com a elevação da TEC para calçados e confecções, solicitado pelo Brasil, com intuito de proteger o mercado nacional que está sofrendo com a entrada destes produtos oriundos do mercado externo, eles assinaram o acordo da alteração da tarifa em questão. Além disto, foi destacada a produção de peças de informática, a ser produzida no Paraguai para exportação ao Brasil, uma vez que aqui não são fabricados estes produtos e também em se criar uma cadeia de produção integrada na área de autopeças. *“nós já começamos a formar grupos de trabalho com a iniciativa privada e o governo dos dois países para identificar por onde podemos trabalhar as cadeias produtivas, disse Miguel Jorge, ministro brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.” (VERÍSSIMO, 23 ago. 2007, B15)*

4.3.4 Visão - Uruguai

No período estudado, foram analisados 10 artigos sobre o Uruguai com os demais membros do bloco, onde se percebe que ele demonstra um grande descontentamento com a sua atuação e benefícios com relação a sua integração. Sete destes artigos encontram-se no Caderno de Economia do jornal; sendo que, 40% destas publicações preenchem um espaço de 1/3 da página, conforme gráfico abaixo.

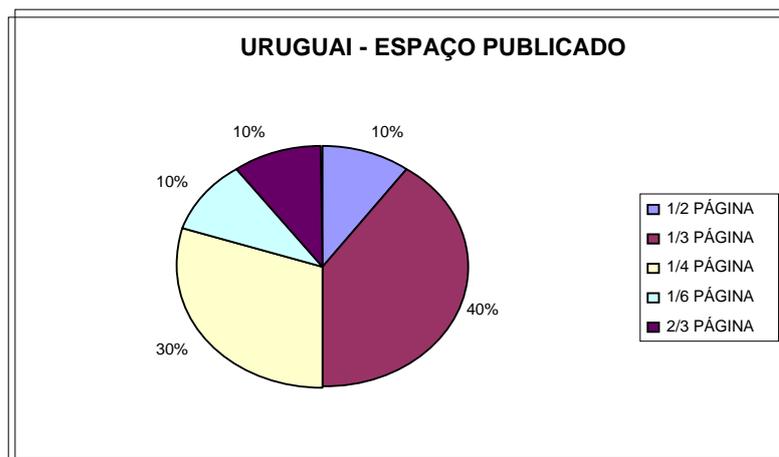


Gráfico elaborado pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

Desde o início do Mercosul, o Uruguai foi um país que se mostrou ter aderido ao bloco a contragosto, talvez para não ficar isolado, apesar de tão próximo geograficamente, das decisões políticas/econômicas que os países vizinhos iriam tomar e efetivar, sem que ele tivesse participação em opinar e estas decisões viessem a afetá-lo.

Acredita-se que por esta própria insatisfação, o Uruguai tomou decisão de assinar o Acordo Marco de Comércio e Investimentos (TIFA-sigla em inglês) com os EUA, conforme caderno de Economia de 27 de janeiro de 2007, comentado pela correspondente de Buenos Aires, Marina Guimarães. Segundo os analistas internacionais, este acordo é o primeiro passo para o TLC (Tratado de Livre Comércio). Se isto se efetivar, a saída do Uruguai do Mercosul será decisiva, uma vez que iria conflitar com a união aduaneira, estabelecida com o bloco. Também, nesta mesma matéria, enfatiza que esta união é uma preocupação menor, comparada à aliança entre a Venezuela, Bolívia e Equador, que poderá prejudicar o Mercosul.

No dia 26 de fevereiro o jornal publica: *“pacote de Lula tentar acalmar o Uruguai.”* (MARIN, 2007, A5); e na primeira página do dia posterior 27 fev.: *“Lula cede para não rachar Mercosul.”* (OGLIARI, 2007, A4), e no caderno Nacional: *“Brasil faz concessões para tentar segurar Uruguai no Mercosul”*, estas notícias enfatizam a tentativa do Brasil afastar a hipótese do Uruguai assinar o TLC com os EUA, antes da visita do presidente George W. Bush.

Dentre os compromissos firmados entre ambos, estão: a) promoção de comércio e investimentos recíprocos; b) cooperação na área de biocombustíveis; c)

restauração da ponte Barão do Rio Branco (fronteira entre os dois países) e d) criação de nova ponte entre Brasil (Jaguarão) e Uruguai (Rio Branco); percebe-se que o Mercosul subsiste, não somente pelo desenvolvimento comercial, mas também pelo econômico e pelo interesse brasileiro em firmar acordos de cooperação econômica brasileira com os países vizinhos.

Em 24 de março em uma notícia sobre a instalação de uma montadora chinesa no Uruguai, notícia esta, que não está consubstanciada com o Mercosul; o jornal, através de seu correspondente de Buenos Aires, faz uma pequena observação no meio do texto sobre o descontentamento uruguaio com o bloco econômico e os entraves que está tendo com a Argentina na instalação em sua fronteira de uma indústria de celulose.

Tem-se a impressão de que, nesta nota, o jornal quer demonstrar que ocorre maior dificuldade em estabelecer nova unidade industrial, quando está interligada aos países do bloco, no entanto, isto não ocorre quando acontece com um país fora dele.

Em 19 de julho de 2007, em apenas 1/6 da página do caderno de Economia informa o aval dado pelo Uruguai à elevação da TEC sobre calçados, uma vez que, somente faltava a sua decisão entre os membros do bloco econômico. Esta pauta fazia parte da solicitação brasileira, a fim de inibir a concorrência de calçados chineses. Também, faz uma pequena menção sobre a análise que os países membros estão fazendo para autorização da elevação da TEC para tecidos e tapetes.

Em 09 de agosto, Palácios divulga o apoio de Tabaré Vasquez, presidente do Uruguai à entrada da Venezuela no Mercosul, mesmo com a efetivação ocorrida em 04/07/2006, ainda faltava a aprovação do parlamento. Percebe-se que existe uma dualidade de pensamento, pois, recentemente o ministro da Economia do Uruguai manifestou preocupação com este fato, alegando que: “[..].a entrada da Venezuela chavista no bloco poderia “provocar problemas” na negociação de acordos comerciais com terceiros”. (PALACIOS, 2007, B11)

Sabe-se que, dentro do protocolo da adesão da Venezuela ao Mercosul, haverá um prazo para se estabelecer o livre comércio, que varia de 2010 à 2012, dependendo do país, mas para os acordos estabelecidos fora do bloco, ela terá igual poder de decisão que os demais países, caso se concretize sua entrada.

Retornando ao assunto sobre o desentendimento que se prolonga por aproximadamente três anos entre Argentina e Uruguai, em virtude da instalação de uma fábrica de celulose às margens do rio Uruguai, que faz fronteira com o país vizinho, o primeiro, alegava causar danos ambientais e o segundo, teve a visão do ponto de vista econômico, por se tratar do maior investimento individual feito até o momento naquele país; este impasse é retratado pelo jornal em 13 e 26 de Novembro, o primeiro pelo correspondente de Buenos Aires e o segundo pelo de Montevideu, demonstrando a posição do Uruguai em fechar as três pontes de ligação fronteiriça dos países em questão, em virtude de invasões de argentinos em protesto em frente a fábrica; e como não conseguem chegar a um acordo, terão que submeter à Corte Internacional de Haya, na Holanda.

Lamentavelmente, o problema deveria ser tratado internamente, pois esta atitude demonstra fragilidade e inflexibilidade nas negociações dos governantes desses países.

Logo em seguida, no dia 27 de novembro é noticiado que duas pontes que fazem ligação à Argentina foram liberadas, todavia a que fica nas proximidades da fábrica, permanece fechada. Os próprios moradores de Fray Bentos onde fica a indústria, estão reclamando do odor exalado por ela.

Encerrando as notícias do ano do jornal estudado sobre este país, em 19 de dezembro de 2007, foi divulgada a insistência do presidente Uruguio Tabaré em manifestar a intenção de que países de menor desenvolvimento do bloco tenham maior flexibilidade e permissão para poderem fazer acordos fora dele, por exemplo, concretizar o Tratado de Livre Comércio feito com a Argentina. Se esta forma de pensar não for alterada, a tendência é a saída do Uruguai do bloco, ou o Mercosul retroagir nos acordos já estabelecidos.

4.4 OUTROS ENUNCIADOS DO JORNAL

Neste sub-capítulo, procura-se mostrar, de forma geral, os acontecimentos divulgados no jornal sobre o Mercosul que representam significativa importância para análise, pois mesmo que não estejam diretamente relacionado com a questão comercial do bloco; as atitudes e formas de pensar dos países membros vêm a influir nesta questão.

Foram analisados 20 artigos, não incluindo os 5 do Caderno Notas de Informações, que farão parte de análise do subtítulo 4.4.4, sendo que, 16 deles publicados no Caderno de Economia; 40% do total ocupavam $\frac{1}{2}$ página de publicação, conforme gráfico abaixo:

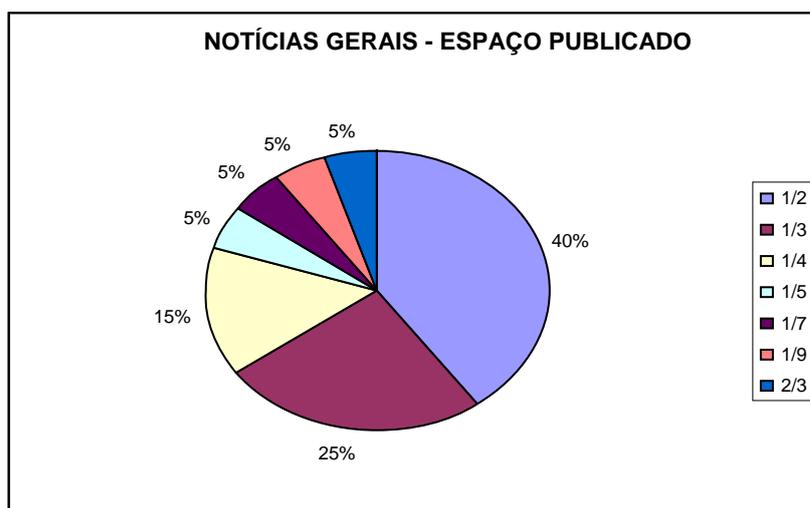


Gráfico elaborado pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

Para melhor compreensão dos fatos, foram divididos, em subtítulos, os seguintes assuntos: Cúpula do Mercosul, Acordos com países fora do bloco, Notícias Gerais e Editorial do “Estadão”.

4.4.1 Cúpula do Mercosul

No início do ano estudado, realizou-se um evento que teve bastante conotação nas mídias sobre a 32ª Cúpula do Mercosul, de 18 à 19 de janeiro de 2007, como um marco no encontro dos grandes dirigentes dos países membros e associados, sob as perspectivas dos acontecimentos.

Racy previu a realização da Cúpula sem muita esperança para o Mercosul, em virtude de vários acontecimentos internos que fogem de uma união estável, pautada na supremacia dos acordos e interesses de fortalecimento do Mercosul. Tal comentário está baseado no desentendimento da Argentina e do Brasil levados à OMC; nas pretensões do Uruguai, Paraguai e Argentina fazerem acordos bilaterais com os EUA, ignorando o cumprimento integral do Tratado de Assunção e na falta de soluções pragmáticas, que resultem em avanço de integração e não fiquem

apenas em ações políticas, *“nesse cenário, há poucas esperanças de que a Cúpula do Mercado Comum, que se realiza este mês, encerrando a “Presidência pro tempore” do Brasil, possa trazer alguma luz aos debates”*. (RACY, 2007, B2)

Nos dias 19 e 20 de janeiro são publicados vários artigos no caderno de Economia, com a primeira chamada no topo da página: “CÚPULA DO MERCOSUL: OS TROPEÇOS DA INTEGRAÇÃO”, em que vários jornalistas fazem suas observações, aliás, nada favoráveis, demonstrando muitos desentendimentos, animosidades e nada conclusivo em sua evolução. Pode-se notar que, os países de menor desenvolvimento econômico, Paraguai e Uruguai, mostraram-se contrariados com alguns problemas de ordem interna do bloco, pois acreditam que deveriam ter maiores aberturas para negociação com países fora dele, bem como, estabelecer a redução do regime de regras de origem sobre os produtos por eles produzidos.

Também foi adiado o pedido de adesão plena da Bolívia, uma vez que ela não quer aderir a TEC – Tarifas Externa Comum do bloco, colocando nas mãos de um grupo de trabalho a análise deste problema, com o prazo de até um ano. O mais grave, foi o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em seu discurso, *“ele defendeu a “reforma” do Mercosul, afirmou que está “descontaminando” o bloco do neoliberalismo...”* (TOSTA, 2007, B4); e se manifestou na intenção de discutir mais sobre a integração do Mercosul e da Comunidade Andina das Nações, convertendo para uma única área de livre comércio.

Também o pedido de adesão do Equador ao Mercosul não foi formalizado, com a alegação feita pelo presidente deste país em aguardar o fortalecimento da Comunidade Andina das Nações.

Outro país que demonstrou descontentamento com o Mercosul foi o Uruguai, tendo sido comentado pelo seu presidente Tabaré Vázquez, *“não queremos que os pequenos países sejam apenas um nome na etiqueta dessas cúpulas”*. (RODRIGUES, 2007, B5)

Na visão do chanceler brasileiro Celso Amorim, as divergências ocorridas são normais em um grupo grande de pessoas e que nunca se conseguirá homogeneidade.

Muitos dos problemas são de ordem social, o que faz com que não haja evolução em seus avanços comerciais. Em um dos enunciados, foram enfatizados os seguintes dizeres que vem de encontro com as conotações abordadas, *“Cúpula do Mercosul: Os tropeços da Integração. Reunião acirrou divisões e adiou decisões*

importantes para o bloco”. (MARIN, 2007, B1). Os países encontram em suas divergências uma fortíssima barreira para transpor e avançarem em uma integração mais harmoniosa e de maior satisfação entre eles.

Na 33ª Reunião da Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção, foi debatido um fator importante reivindicado pelos países vizinhos, Paraguai e Uruguai, de estabelecer um fundo de ajuda econômica a estes países, com o intuito de colaborar na redução das assimetrias entre os países membros do bloco; independente do Focem – Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul, já estabelecido em 2005 e que constava, na data, com 15 projetos em andamento, conforme informado no referido jornal em 29 de Junho de 2007.

Outra notícia importante foi sobre a 34ª Cúpula de Ministros e Presidentes do Mercosul realizada em Montevideu, no período de 17 a 18 de dezembro de 2007, destacado em 17 de dezembro, como “Cúpula da Discórdia” (PALACIOS; MARIN, 2007, B3), onde aponta vários problemas de integração, presentes na pauta da 32ª Cúpula do Mercosul realizada no início do mesmo ano, assim como a transição da Presidência do Mercosul que será passada por Vasquez, presidente do Uruguai à Presidente da Argentina, ambos com relações em crise pela instalação da empresa Botnia na fronteira entre os dois países, a chamada “Guerra da Celulose”. O único ponto positivo destacado pelo jornal seria a assinatura do primeiro acordo de livre comércio com um país fora do continente, no caso Israel, cujo comércio com o Mercosul está bastante acentuado e se apresenta como promissor.

Foi destacado também, que ainda não foi desta vez que a Venezuela teve sua aprovação definitiva para entrar no Mercosul, faltando aprovação do Congresso brasileiro, motivo pelo qual ela não poderá opinar neste acordo.

No dia 18 de Dezembro, o jornal reitera, com outras palavras apontando o mesmo assunto, a matéria produzida pelos mesmos jornalistas, o que já havia publicado no dia anterior, demonstrando e enfatizando os problemas alvo do Mercosul.

4.4.2 Acordos com países fora do Bloco

4.4.2.1 Acordos com Asean-Associação das Nações do Sudeste Asiático

Em 02 de fevereiro de 2007, o jornal, em seu caderno de economia-comércio exterior, demonstra o interesse do Mercosul em estabelecer acordos comerciais com a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático), bloco formado pelos países: Malásia, Tailândia, Indonésia, Cingapura, Vietnã e Filipinas, que se destacam por serem considerados países emergentes e serem procurados por vários países para estabelecerem parcerias comerciais.

Apesar das exportações brasileiras para os países pertencentes a este bloco ainda não serem expressivas, elas tem grande potencial de crescimento.

Um grande problema mencionado seria se a China entrar para a Asean, onde o acordo de livre comércio incluindo este país iria repercutir em grandes problemas para o Mercosul, pois, mesmo com a prática da tarifa normal os produtos chineses entram com preços competitivos, prejudicando o mercado nacional; e se incluir este país, o prejuízo será maior, *“muitos setores do Brasil e no restante do Mercosul teriam sérios problemas para reduzir ainda mais suas tarifas sobre os produtos chineses, já competitivos”*. (CHADE, 2007, B10)

4.4.2.2 Acordos com Israel

Outro acordo de livre comércio que estava sendo negociado pelo Mercosul, foi com Israel, demonstrado pelo jornal em 26 de novembro, com um grande agravante; a Venezuela tem divergências políticas com este país por criticar seu modelo de gestão, além do que, já possui assinado um total de 186 acordos com o Irã, vindo a complicar para a Venezuela, caso se efetive sua entrada no Mercosul.

No dia 30 de novembro o Jornal demonstra os entraves na efetivação da negociação com este país, como um “fracasso”, tendo como um dos motivos Israel não aceitar o Mercosul com a Venezuela; e outro, em chegarem a um acordo quanto ao estabelecimento do prazo para implementação da isenção de tarifas na comercialização entre eles.

O desfecho desta negociação, com a assinatura do acordo entre ambas as partes, se concretiza em 18 de dezembro, por ocasião da 34ª cúpula do Mercosul, anteriormente já comentado, divulgado nesta mesma data no Caderno Economia do jornal. Este será o primeiro TLC-Tratado de Livre Comércio assinado estabelecido com um país fora da América do Sul.

“O acordo prevê a liberalização dos produtos em até 10 anos e abarca 95% do comércio do lado do Mercosul e 97% do lado de Israel” (GUIMARÃES, 2007, B4).

4.4.2.3 Acordos com União Européia

Jamil Chade, em seu artigo de 17 de julho, relatou a pressão que a UE estava exercendo sobre o Mercosul, com intuito de alterar a proposta de abertura industrial, “...os europeus deixam claro que não estão satisfeitos com a posição do Mercosul de não aceitar cortes de suas tarifas de importação de bens industriais de mais de 50%.” (CHADE, 2007, B4), e se não houvesse alteração nesta posição, os acordos bilaterais para os próximos meses seriam inviáveis. Em contrapartida, a UE também não libera acesso à agricultura proveniente do Mercosul, fazendo com que não haja entendimento de ambos. A questão agrícola e de bens industriais farão parte da pauta da discussão na rodada de Doha para que talvez cheguem a um ponto de convergência.

Em 18 de dezembro, fez parte de uma ínfima chamada na primeira página do jornal “*Mercosul e UE voltam a negociar em maio*” (MARIN; PALACIOS, 2007, B4), na complementação desta chamada, no caderno de Economia foi demonstrado o interesse da UE em retomar as negociações no próximo ano, vindo de encontro com as expressivas relações comerciais mantidas entre os dois blocos, pois em 2006 chegaram a US\$ 86,7 bilhões, com um superávit para o Mercosul de US\$ 52,0 bilhões.

Joaquim Almuria, comissário europeu de Assuntos Econômicos e Monetários da UE comentou, “*a chave do futuro pode estar em que europeus e sul-americanos nos entendamos econômica e politicamente para influir no mundo*” e Reinaldo Gargano, chanceler Uruguaio acrescentou, “*a América do Sul é o continente da esperança, e só o que pode frustrá-la é a nossa incompetência*”. (apud MARIN, 2007, B4)

Percebe-se que a tendência mundial, além dos países se agruparem em blocos econômicos, é unirem-se a outros para intensificarem o comércio e assim, estarem mais fortalecidos frente ao mercado mundial.

4.4.3 Notícias Gerais

Várias e diferentes notícias foram divulgadas no período estudado, as quais não se enquadravam em nenhum tópico específico, acima desmembrado; mas farão parte de comentários generalizados e sintetizados para enriquecer o entendimento da posição do Mercosul em seu caráter comercial, visto pelos olhos da imprensa jornalística O Estado de S. Paulo.

Maílson Nóbrega em seu artigo de 28 de janeiro de 2007, faz uma comparação entre a diferença de propósito da União Européia e o Mercosul, que mesmo com 27 membros atuais, com diferentes graus de desenvolvimento econômico a UE sobrevive a mais de meio século, enquanto que o Mercosul vive na “corda bamba” em seu processo de integração. “...na União Européia prevaleceram visões geopolíticas muito fortes, enquanto no Mercosul as razões econômicas parecem estar mais presentes”. (NÓBREGA, 2007, B4). Ele demonstra já pelo título “Mercosul de Lula e a União Européia” (*Ibidem*) o otimismo do presidente brasileiro quanto ao estágio atual em que se encontra, além do que, o autor, também recrimina a entrada na Venezuela, a qual implicará no retrocesso do desenvolvimento do estágio atual.

Celso Ming, em seu artigo publicado em 24 de junho, fez alguns comentários sobre a importância do Mercosul em estabelecer o plano B, convergindo para as negociações de comércio bilateral com países detentores de significantes mercados consumidores, e não como está direcionado seu alvo atual, para países cujo mercado consumidor é irrelevante. Para ele, o melhor caminho seria o Mercosul retroagir, cancelando o acordo de união aduaneira com estabelecimento da TEC para que os países tenham liberdade de negociação com outros, fora do bloco econômico.

Do ponto de vista do interesse público brasileiro, o melhor caminho parece ser de rebaixar o Mercosul à condição de área de livre comércio (ainda em formação), para deixar cada um dos seus membros com liberdade para negociar acordos bilaterais de comércio com quem lhes aprouver. (MING, 2007, B2).

No dia 01 de julho, Alberto Tamer faz uma análise sobre a necessidade de mudanças no Mercosul, inclusive citando o que já havia sido publicado por Celso Ming no artigo acima mencionado. Ele comenta que o Tratado de Assunção deveria ser revisto, pois nestes 16 anos muitas coisas mudaram e como o Paraguai e

Uruguai reivindicam a liberação para estabelecer comércio bilateral com outros países, para o Brasil, esta medida também traria benefícios. Também comenta que, com a adesão da Venezuela no bloco, tudo irá complicar e que o governo Lula deveria se empenhar em impedir a entrada dela no bloco “*não há nada em comum entre a nossa democracia consolidada e o regime totalitário de Chávez*”. (TAMER, 2007, B20)

Em 28 de agosto, Rubens Barbosa comenta que as negociações comerciais externas estavam praticamente paradas, se limitando apenas com Israel e países árabes do Golfo. “*o reduzido número de acordos comerciais em negociação é resultado igualmente dos interesses conflitantes e da dificuldade de entendimento entre os quatro países membros.*” (BARBOSA, 2007, B11). Ele ainda comenta que irá ter maiores problemas ainda, caso venha a se concretizar a entrada da Venezuela, além do que, também em documentos oficiais do Uruguai, não vêm avanços significativos em negociações comerciais com terceiros. A única “luz no fim do túnel” é vista com a alteração da Resolução 32 de 2000, que vem proibir esta questão. O Brasil impediu esta modificação, todavia deveria rever sua posição, flexibilizando a Resolução em questão.

4.4.4 Editorial do “ O Estadão”

Como foi observado anteriormente, todo Caderno Notas e Informações do jornal “O Estadão” tem constantemente sua posição veiculada na página A3 e representa a produção de seu Editorial, o que diferencia de outras publicações que são produzidas por articulistas e correspondentes internacionais.

Durante o ano de 2007, apenas constaram neste Caderno, cinco notícias sobre o Mercosul, todas ocupando um espaço de 1/3 da página, as quais foram analisadas, considerando a influência dos fatores ideológicos, através da visão da autora, pois, como já mencionado no capítulo anterior, Verón (1980, p. 107) afirma, “Um mesmo texto pode ser submetido a várias leituras diferentes”.

Em 15 de janeiro, o jornal retrata uma posição efetuada pelo ex-representante dos Estados Unidos para o Comércio Exterior Robertt Zoellick, publicada no *Wall Street Journal* em que demonstra a possibilidade de se criar a Alca⁶ sem o Mercosul,

⁶ Área de Livre Comércio das Américas. Acordo idealizado pelos EUA para formação de um bloco econômico, compreendendo 34 países das Américas, exceto Cuba. Até o momento não se concretizou.

onde poderá haver união de vários países participantes de acordos com o Estados Unidos, compreendendo o Canadá até o Chile, totalizando 12, também podendo ser incluído os países pertencentes a Associação Comercial da Bacia Caribenha e talvez mais algum outro país integrante do Mercosul, por exemplo: Paraguai e Uruguai; ficando “fora do jogo” a Argentina e Brasil. O periódico comenta que não se sabe se esta é apenas uma sugestão do autor ou *“uma circulação de idéias de um grupo com interesses políticos e empresariais.”* (NOTAS E INFORMAÇÕES, 2007, A3), também é retratado que este não perderia seu tempo em sugerir algo com intuito de obter apoio da maioria da opinião pública para poder quem sabe ter um objetivo particular maior.

Em 18 de janeiro de 2007, é claramente explicita pelo jornal, sua visão de oposição à entrada da Venezuela e Bolívia ao Mercosul, com a alegação de que, apesar de se intitularem como países democratas, literalmente a democracia é desvirtuada, além do que, ambos não estão comprometidos com a economia de mercado e fazem um excessivo combate ao capitalismo; impossibilitando possíveis futuros acordos com países fora do bloco que venham a envolver questões comerciais, investimentos e serviços.

“o ingresso da Bolívia como membro pleno, assim como aconteceu com o da Venezuela, não amplia nem fortalece o Mercosul. Condenando-o irremediavelmente, se não à morte, à irrelevância.” (NOTAS E INFORMAÇÕES, 2007, A3)

Em 19 de fevereiro, mais uma vez, enfatiza as constantes aberturas brasileiras às reivindicações dos países membros, principalmente da Argentina, como por exemplo: a permissão em estabelecer licenças prévias de importação aos produtos de linha branca fabricados no Brasil, com medo de uma maior represália por parte de seu vizinho e se isto não bastasse, também aponta o Brasil como o único defensor do governo argentino junto a OMC, enquanto Chile, Estados Unidos, Peru e Colômbia apontam problemas nas relações comerciais com este país.

Mesmo que o Brasil tenha deixado a “roupa suja para lavar em casa”, como foi comentado por um diplomata, o jornal enfatiza que existe um grande volume dela. Esta atitude brasileira de constantes concessões faz com que a ilusão de possuir uma posição de liderança regional seja ilusória.

Em 28 de fevereiro, o editorial do jornal publica que mesmo com a visita e acordos estabelecidos pelo presidente Lula com o Uruguai, no sentido de criar mecanismos para superar as assimetrias, não foi um fator fortemente convincente

para ele mudar sua posição com relação ao Mercosul. “ *as breves seis horas – aí incluídos um demorado almoço e as amenidades de praxe – que o presidente Lula passou no Uruguai, não seriam suficientes para que os dois chefes de governo aprofundassem qualquer discussão sobre os pontos que constituem o contencioso uruguaio*”. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 2007, A3)

O jornal enfatiza a não credibilidade do Uruguai na “retórica lulista” e se este não estabelecer o tratado de livre comércio com EUA, não será por este motivo.

Novamente, em 21 de novembro, o jornal demonstra o grande problema que seria se o Brasil efetivamente aceitar a Venezuela no Mercosul, uma vez que seu presidente já anunciou a intenção de transformá-lo, segundo seus planos particulares, mesmo antes de sua efetivação. “*só um bloco suicida sujeitaria suas possibilidades de acordos com quaisquer parceiros às idiossincrasias e preferências ideológicas de um de seus membros, especialmente de um membro não fundador*”. (NOTAS E INFORMAÇÕES. 2007, A3)

Dentro da ideologia do jornal estudado, percebe-se que em nenhum momento o jornal demonstra a favorabilidade com relação a alguns aspectos de integração do Mercosul; mesmo tendo passados 16 anos, ainda existem muitas dificuldades à serem dirimidas para melhorar a sua consolidação, provenientes das diferentes formas de pensar dos governos dos países integrantes, que se apresentam como populistas e individualistas, focalizando seus próprios interesses.

Demonstra também que comercialmente, o bloco somente subsiste através do incremento de transações entre os dois principais integrantes; e que o esforço do governo brasileiro em subsidiar ajudas econômicas e sociais é que sustenta a permanência do Paraguai e Uruguai dentro do bloco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo central fazer uma análise de conteúdo sobre as notícias divulgadas no ano de 2007, pelo jornal O Estado de S. Paulo no processo de integração do Mercosul; e como já mencionado, constituíram-se como objeto de análise, apenas os países participantes como membros pleno do Mercosul.

O foco do estudo esteve relacionado com a da área comercial do bloco econômico, todavia, os envolvimento políticos e sociais relevantes foram abordados, a fim de entender o pensamento e a intenção dos dirigentes de cada Nação, que sobremaneira influenciam nestes acordos.

Dentro de cada um dos Estados Parte, pertencentes ao Mercosul, percebe-se claramente as grandes diferenças culturais, as quais refletem na forma de pensar de seus dirigentes, criando barreiras de entendimentos para efetivação de sua consolidação.

O Mercosul, perante o mercado mundial, representa um símbolo ideológico de poder econômico na América do Sul, o qual passou a ser mais respeitado, enquanto bloco, do que quando os países pertencentes a ele se apresentavam de forma individualizada, uma vez que, na atualidade consegue se posicionar com suas opiniões junto aos organismos internacionais, o que antigamente não acontecia.

Pôde-se verificar, através do estudo do periódico, que a maioria das notícias veiculadas, está no Caderno de Economia, pela sua própria característica de envolvimento econômico com o mercado interno e mundial; assim como, a maioria delas, são produzidas por jornalistas correspondentes de Genebra, Buenos Aires e Brasília, levando a crer, que estes, por se encontrarem em pontos estratégicos dos acontecimentos do comércio internacional, por exemplo, a Suíça, onde se encontram os mais importantes órgãos internacionais, como, OMC, ONU, BIS; Argentina, que representa o maior parceiro comercial do Brasil e Brasília onde está a cúpula governamental das decisões brasileira, vêm a dar maior credibilidade para os fatos, uma vez que, partem da origem dos acontecimentos.

Analisado o volume do material no período estudado, pode se dizer que, a pauta do Mercosul é importante para o jornal, porém, inexpressivo quando nos deparamos com a ínfima quantidade de notícias veiculadas na primeira página do jornal; talvez, ou porque o bloco não desenvolveu neste período nenhum

acontecimento importante, para ser alvo de destaque, ou o jornal não considerou relevante nenhum fato para tomar esta posição; todavia, pôde-se verificar que as notícias ocuparam um considerado espaço de publicação, conforme gráfico abaixo, onde em primeiro lugar preenchem 1/3 da página, seguida de 1/2 página e em terceiro 1/4 delas.

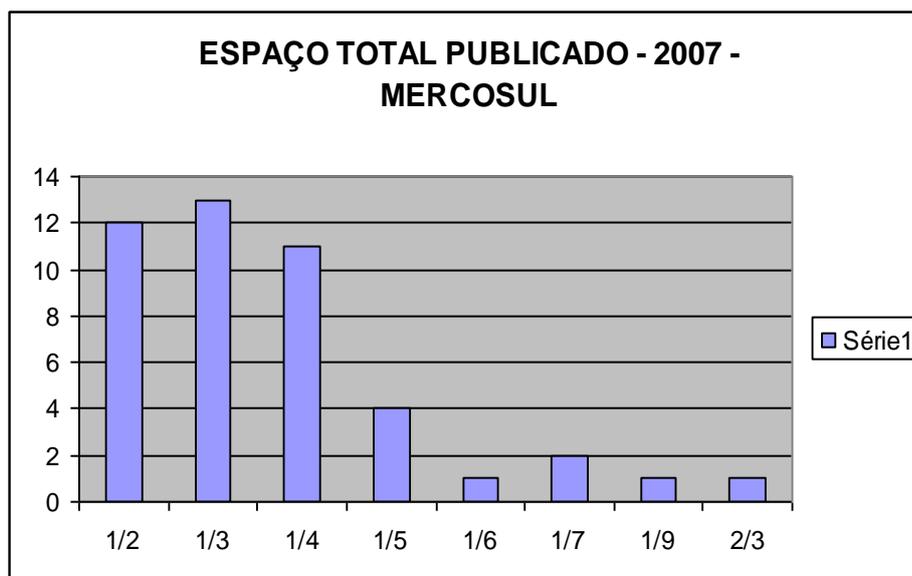


Gráfico elaborado pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

Também, pôde-se verificar que o jornal aponta muito mais os pontos desfavoráveis entre os países membros, acentuando as controvérsias, que para uma análise superficial do leitor consegue-se deduzir, a princípio, que o Mercosul, está em vias de ser destituído.

Conforme gráfico abaixo, a maioria das vezes o jornal apresenta a sua posição como “desfavorável” com relação às concessões que o atual governo brasileiro faz, no sentido de “apaziguar os ânimos” de nossos parceiros no bloco e com isto manter, ainda que de modo precário a integridade do bloco. Sendo o Brasil a maior economia da América do Sul, entende-se esta postura como uma tentativa de obter uma posição de destaque perante os demais países. Este é um ônus que nosso país arca para obter a integração e manutenção deste bloco, uma vez que ele trouxe muitas vantagens econômicas, conforme já citado anteriormente.

Constatamos ainda, que em várias publicações, o jornal apresenta apenas os fatos, sem expor aparentemente uma posição ideológica sobre o assunto, procurando assumir apenas uma posição de repórter; mostrando-se “neutro” com relação ao tema tratado; todavia, não podemos afirmar que não apresenta seu viés ideológico. Neste sentido, conforme Bakhtin (1981), a palavra está sempre contida de um sentido ideológico.

Também pudemos observar que foram inexpressivas as vezes que o jornal aponta em suas publicações, uma condição favorável.

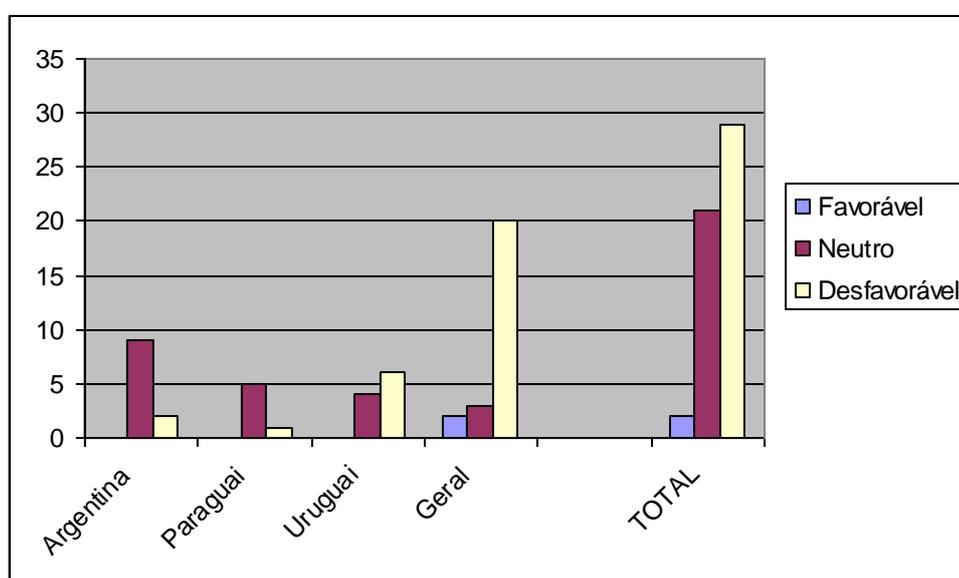


Gráfico elaborado pela autora, com base nas publicações do jornal, **O Estado de S. Paulo**, arroladas da fonte de imprensa.

As resoluções político-econômicas tomadas isoladamente pelos países membros, que vêm a prejudicá-los de alguma maneira, são abordadas pelo periódico com frequência, principalmente no que tange ao descontentamento do Paraguai e Uruguai com os resultados advindos desta integração. Nossa opinião é a de que isto é compreensível, porque os referidos países estão em um patamar de desenvolvimento econômico muito aquém dos demais; portanto, são justificáveis suas reivindicações para conseguir maior favorabilidade frente ao seu atual estágio de desenvolvimento econômico; motivo pelo qual, Brasil e Argentina atendem na medida do possível, aos pleitos dos referidos países, uma vez que, os benefícios decorrentes desta união, não são auferidos apenas no seu interior, mas também, em negociações entre blocos econômicos, que orientam as economias modernas;

portanto, os países de maior peso econômico dentro do bloco, tomam estas posições com o intuito de fortalecer a imagem e o poder de negociações políticas e econômicas, em fóruns internacionais.

Mesmo a Argentina, que possui uma economia mais avançada do que o Paraguai e Uruguai, e que, conforme já salientado, é a segunda maior importadora de produtos brasileiros, apresenta, dentro de certa frequência, barreiras às exportações de algumas categorias de produtos de nosso país, procurando com isto preservar o seu mercado interno para as indústrias lá instaladas. O “Estadão”, em várias publicações, mostra que o governo brasileiro tem feito concessões também para este país, sem levar em conta o princípio que norteou a formação deste bloco, ou seja, de livre comércio.

Sendo a linha editorial do jornal estudado, considerada conservadora é perfeitamente compreensível a sua postura frente ao governo atual que é como sabemos de uma ideologia de esquerda, estando no governo em sua grande maioria representantes do Partido dos Trabalhadores.

Em sua linha editorial apresentada no Caderno Notas e Informações, o “Estadão” reafirmou sua posição em apontar estas constantes concessões brasileiras, assim como demonstrou a sua posição contrária à entrada, como membros plenos do bloco, da Venezuela e Bolívia, a qual traria segundo sua visão, mais problemas de integração.

O Editorial também aponta a matéria publicada em jornal norte americano, com a posição de um ex político dos Estados Unidos, sobre a possível formação da Alca, englobando vários países da América do Norte e América Latina, excluindo Brasil e Argentina. Assim, podemos dizer que, o fato deste periódico republicar este artigo, apresenta-se como um “alerta” que aponta para uma possível ideologia Norte Americana para se fortalecer junto aos demais países, já que, houve um “endurecimento” nas tratativas comerciais com o Brasil e Argentina, em virtude de criação de suas próprias barreiras para recebimento de produtos advindos destes.

Considerando que os Estados Unidos detêm uma grande hegemonia no comércio mundial, o fortalecimento do Mercosul implicará em novas rodadas de negociações onde, ambos, devem ceder visando atingir os benefícios dos acordos.

Em consequência dos conflitos permanentes entre os países membros do Mercosul, outros blocos econômicos vêem uma possibilidade de fazer acordos

individuais com alguns países componentes, o que aumenta ainda mais as possibilidades de uma possível desintegração.

O jornal, apesar de apontar importantes questões relacionadas ao bloco, não deixa claro ao leitor leigo no assunto, qual o real estágio de integração em que o bloco se encontra; seus raríssimos comentários abordam o não cumprimento integral da zona de livre comércio e da Tarifa Externa Comum-TEC, não explicitando o que compreende cada um deles; também, em nenhum momento, consegue-se perceber em suas publicações, quais os reais comprometimentos dos países integrantes com os objetivos gerais para se consolidar o Tratado que motivou a sua criação.

Outra frente aberta contra o Mercosul, que não se encontra dentro do material estudado, mas pode repercutir sobremaneira contra o futuro do Mercosul; é a constituição de um novo bloco econômico intitulado de União das Nações Sul Americanas-UNASUL; que visa integrar os países do Mercosul com os da Comunidade Andina das Nações, mais o Chile, Guiana e Suriname, cuja integração entre os dois blocos foi formalizada em 23 de maio de 2008 em Brasília.

O futuro do Mercosul, à luz das análises feitas, não é nada promissor, visto que este novo bloco, ao que tudo indica, tende pela sua amplitude em termos de quantidade de países membros, descaracterizando-o completamente de sua origem.

Em face desta constatação, deixamos, como sugestão para futuras pesquisas sobre o Mercosul, abarcar esta tendência que se projeta no horizonte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul fundamentos e perspectivas**. São Paulo: LTr, 1998.

_____. **Textos PRA, cronologia do Mercosul 1960-2007**. Disponível em: <<http://textospra.blogspot.com/2007/04/203-cronologia-do-mercosul-1960-2007.html>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

_____. **Estatuto das Empresas Binacionais Brasil/Argentina**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/unir/webunir/bila/05/1ARTIGOS/ARTIGO3.HTM> - 18k>. Acesso em: 16 nov. 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto *et al.* O futuro do Mercosul: os desafios da agenda interna e da liberação hemisférica. In: LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de Almeida (Orgs.). **O Mercosul no Linear do Século XXI**. São Paulo: Cortez; (Buenos Aires, Argentina): CLACSO, 2000. p-17-26.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAPTISTA, Luiz Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CASELLA, Paulo Borba. **Mercosul: das negociações à implantação**. São Paulo: LTr, 1998.

BARBOSA, Rubens A., **Mercosul** quinze anos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. [Lisboa, Portugal]: Edições 70, [2008].

BASSETTO, S. R. **Jornalismo**: dependência econômica e ideologia. In: JORNADA MULTIDISCIPLINAR: HUMANIDADES EM COMUNICAÇÃO 7. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada/2005/trabalho/19_silvia_regina.htm>. Acesso em: 19 jan.2009.

BRANDÃO, Antonio Salazar; PEREIRA, Lia Valls. **Mercosul**, perspectivas da integração. São Paulo: FGV, 1996.

CALMON, Fernando. **Após negociação, mercado será livre no Mercosul em 2008**. Comissão Parlamentar Conjunta, Mercosul, Informações Básicas. Brasília: Ministério da Fazenda; Caixa Econômica Federal. Disponível em: <www.webmotors.com.br/wmpublicador/Noticias_Conteudo.vxlpub?hnid=37716-35k>. Acesso em: 15 ago.2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI, **Nota sobre o contencioso comercial Brasil-Argentina**. Disponível em: <www.sfiec.org.br/fiec-hoje/julho2004/nota.pdf>. Acesso em: 14 ago.2008.

COSTA, Lúcia Cortes. Integração regional e proteção social no contexto do Mercosul. In: MENDES, Jussara Maria Rosa *et al* (Orgs.) **Mercosul em múltiplas perspectivas: fronteiras, direitos e proteção social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 17-35.

COSTA, Luciano Martins. **O futuro da velha imprensa** (13/06/2006). Observatório da imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=385SAI001>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO GRUPO ESTADO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2008.

DIMBLEBY, RICHARD *et al*. **Mais do que palavras**, uma introdução a teoria da comunicação. São Paulo: Summus, 1990.

EAGLETON, Terry, **A idéia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. Revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. **Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp; Boitempo, 1997.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2006.

FLORES, Maria Cândida Galvão. **O Mercosul nos discursos do governo brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

GARCIA JR., Armando Álvares. **Transportes internacionais de mercadorias e pessoas no Mercosul**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo?** Tradução: Maria Manuel Ricardo. Lisboa: Caminho, 1980.

JESUS, Avelino. **Mercosul, estrutura e funcionamento**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LIMA, Marcos Costa. A caixa de pandora da globalização: o futuro do comércio internacional e o Mercosul. In: LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de

Almeida (Orgs.). **O Mercosul no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez; (Buenos Aires, Argentina): CLACSO, 2000. p. 92-119.

LORENZONI, Ionice. **Brasil: ensino dos idiomas aproxima Brasil e Argentina**. Brasília: MEC/INEP, 2005. Disponível em: <www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=28 - 19k>. Acesso em: 07 set. 2008.

LÓTMAN, Lúri M. **La semiosfera i semiótica de la cultura y del texto**. Madrid, Espanha: Ediciones Cátedra, 1996.

LOURENÇO, Milton. **O futuro do Mercosul** - (19/08/2008). Disponível em: <<http://port.pravda.ru/business/24032-futuromercosul-O>>. Acesso em: 31 ago. 2008.

MACHADO, João Bosco M. **Mercosul: processo de integração, origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 1997.

MARIANO, Marcelo Passini. **A estrutura institucional do Mercosul**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MELO, José Marques. **Comunicação e modernidade: o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MENDES, Jussara Maria Rosa; CORRÊA, Maria Juliana Moura. Centro Colaborador: instrumento de fortalecimento da proteção social da saúde dos trabalhadores no contexto do Mercosul. MENDES, Jussara Maria Rosa *et al* (Orgs.) **Mercosul em múltiplas perspectivas: fronteiras, direitos e proteção social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p.135-152.

NOTÍCIA UOL, **Dados básicos do Mercosul e de seus países-membros**. Disponível em: <noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2008/07/01/ult1808u121237.jhtm - 45k>. Acesso em: 17 ago. 2008.

POCHMANN, Marcio. Novas dinâmicas produtivas do emprego e do sindicalismo no Mercosul. In: LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de Almeida (Orgs.) **O Mercosul no Límear do Século XXI**. São Paulo: Cortez; (Buenos Aires, Argentina): CLACSO, 2000. p. 120-134.

RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CORPORATIVA. Grupo Estado 2005. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/est/especial/extraonline/especial/relatorio/index.htm>>. Acesso em: 24 jan.2009.

RICUPERO, Rubens. **Artigo: impasses na diplomacia**, Folha de S. Paulo, 17 ago.2008.

RUIZ, Rodrigo Hernan Gonzáles. **Logística de exportação**. Gerenciando as operações de transferência internacional de mercadorias. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2009.

SAHA, Suranjit Kumar. Mercosul, competitividade e globalização. In: LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de Almeida (Orgs.) **O Mercosul no Lincear do Século XXI**. São Paulo: Cortez; (Buenos Aires, Argentina): CLACSO, 2000. p. 55-91.

SALVADOR, Susana, Diário de Notícias 04/03/2006. Entrada da Venezuela no Mercosul pode criar problemas para os países da região. Disponível em: <dn.sapo.pt/2006/03/05/internacional/entrada_venezuela_mercosul_pode_cria.html - 36k>. Acesso em: 15 ago. 2008.

SIMONSEN ASSOCIADOS. **Mercosul: o desafio do marketing de integração**, São Paulo: Makron, 1992.

SOARES, Esther Bueno. **Mercosul: desenvolvimento histórico**. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó, SC: Argos, 2002.

STUART, Ana Maria. A construção de um novo regionalismo. In: MENDES, Jussara Maria Rosa *et al* (Orgs.) **Mercosul em múltiplas perspectivas: fronteiras, direitos e proteção social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 107-116.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. Tradução: Alceu Dias Lima. São Paulo: Cultrix, 1980.

_____. **Fragmentos de um tecido**. Tradução: Vanise Dresch, São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

_____. **Ideologia, estrutura e comunicação**. Tradução: Amélia Cohn. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **La semiosis social** (Fragmentos de uma teoria de la discursividad). Traduzido do Francês para o Espanhol por Emilio Lloveras, Barcelona, Espanha: Gedisa Editorial, 1996.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**, Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIZENTINI, Paulo. Mercosul: dimensões estratégicas, geopolíticas e geoeconômicas. In: LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de Almeida (Orgs.) **O Mercosul no Linear do Século XXI**. São Paulo: Cortez; (Buenos Aires, Argentina): CLACSO, 2000. p. 27-41.

WELLBAUM, Andrea, BBC Brasil. **Após 17 anos, Mercosul ainda engatinha**. Disponível em: <noticias.uol.com.br/bbc/2008/03/12/ult2363u9723.jhtm - 52k >. Acesso em 15 ago. 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WOLF. Mauro. **Los efectos sociales de los media**. Título original: Gli effetti sociali dei media. Tradução: Lamberto Chiti. Barcelona/Buenos Aires e México: Paidós, 2001.

FONTES DE IMPRENSA – JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. Uruguai fecha acessos à Argentina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 nov. 2007. Caderno Economia, B6.

BARBOSA, Alaor. Brasil ajuda Argentina com energia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 jun. 2007. Caderno Economia, B11.

_____. Mais Pragmatismo no Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2007. Caderno Espaço Aberto, A2.

BRITO, Agnaldo. Empresas brasileiras investem US\$ 7 bilhões na Argentina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 set. 2007. Caderno Economia, B12.

CHADE, Jamil. Argentina pode se unir ao Brasil contra os EUA. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2007. Caderno Economia, B11.

_____. Mercosul e Ásia rumo a um acordo. Sem a China. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 fev. 2007. Caderno Economia, B10.

_____. Brasil evita críticas à Argentina na OMC. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2007. Caderno Economia, B9.

_____. Argentina leva o Brasil à OMC. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 jun. 2007. Caderno Economia, B9.

_____. UE pressiona Mercosul a mudar proposta de abertura industrial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2007. Caderno Economia, B4.

_____. Paraguai quer gestão compartilhada de Itaipu. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2007. Caderno Negócios, B9.

_____. Brasil e Argentina estão em ótima fase, diz Amorim. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 nov. 2007. Caderno Internacional, B11.

_____. Fracassa acordo entre Israel e Mercosul **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 nov. 2007. Caderno Economia, B14.

FADEL, Evandro. Paraguai aprova ponte até PR. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 maio 2007. Caderno Cidade/Metrópole, Mercosul, C6.

_____. Lula oferecerá ao Paraguai ajuda para produzir biodiesel e combater aftosa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 maio 2007. Caderno Nacional, A10.

GUIMARÃES, Marina. Acordo entre EUA e Uruguai é pedra para o Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2007. Caderno Economia, B6.

_____. SILVA, Cleide. Argentina é cada vez mais brasileira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2007. Caderno Economia, B6.

_____. Uruguai reabre 2 pontes que levam à Argentina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2007. Caderno Economia, B9.

_____. Bloco Assina hoje acordo com Israel. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2007. Caderno Economia, B4.

MARIN, Denise Chrispim. Sócios adiam decisões polêmicas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jan. 2007. Caderno Economia, B3.

_____. Cúpula do Mercosul: Os Tropeços da Integração. Atritos adiam definições no Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2007. Caderno Economia, B1.

_____. Cúpula do Mercosul: Os Tropeços da Integração. Temas sociais ofuscam comércio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2007. Caderno Economia, B4.

_____. Pacote de Lula tenta acalmar o Uruguai. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 fev. 2007. Caderno Nacional, A5

_____. Conflitos marcam os anos Kirchner. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2007. Caderno Economia, B7.

_____. Uruguai aceita TEC maior para calçados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 19 jul. 2007. Caderno Economia, B4.

MARIN, Denise Chrispim; PALACIOS, A. MP para ajudar Paraguai. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 maio 2007. Caderno Economia, B1 e B10.

_____. Negociação entre Mercosul e UE deve recomeçar em maio de 2008. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2007. Caderno Economia, B4.

MING, Celso. Lastimável Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 jan. 2007. Caderno Economia, B2.

_____. Rebaixar o Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2007. Caderno Economia, B2.

NOBREGA, Mailson da. O Mercosul de Lula e a União Européia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2007. Caderno Economia, B4.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Uma Alça sem Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 jan. 2007. Notas e Informação, A3.

_____. A condenação do Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2007. Notas e Informação. A3.

_____. A roupa suja do Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2007. Notas de Informação, A3.

_____. As mágoas uruguaias persistem. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2007. A3.

_____. Um risco para o Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 nov. 2007. Notas de Informação, A3.

OGLIARI, Elder. Brasil faz concessões para tentar segurar Uruguai no Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2007. Primeira Página e Nacional, A4.

PALACIOS, Ariel. Uruguai recebe montadora chinesa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 mar. 2007. Caderno Economia, B19.

_____. Na Argentina rival histórico se tornou parceiro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 maio 2007. Caderno Nacional A16.

_____. Poucas Medidas concretas em cúpula do Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2007. Caderno Economia, B6.

_____. Tambaré quer Chavez no Mercosul. Logo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 ago. 2007. Caderno Economia, B11.

_____. Ampliar o Mercosul é prioridade, diz presidente eleita. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 out. 2007. Caderno Internacional, A16.

_____. Guerra de celulose acirra tensão entre Argentina e Uruguai. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2007. Caderno Economia, B11.

_____. Mercosul deve ter Acordo com Israel. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 nov. 2007. Caderno Economia, B7.

PALACIOS, Ariel; MARIN, Denise Chrispin. Mercosul faz a 'cúpula da discordia'. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 dez. 2007. Caderno Economia, B3.

_____. Tensão marca cúpula do Mercosul. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2007. Caderno Economia, B5.

_____. Tambaré quer mais flexibilidade no Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 dez. 2007. Caderno Economia, B8.

PAMPLONA, Nicola; KOMATSU, Alberto. Cúpula do Mercosul: Os Tropeços da Integração. 'Homogeneidade só no cemitério' diz Celso Amorim. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2007. Caderno Economia, B10.

RACY, Sonia. Sem esperanças para a Cúpula do Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 jan. 2007. Caderno Economia, B2.

RODRIGUES, Alexandre. Cúpula do Mercosul: Os Tropeços da Integração. Tambaré mostra insatisfação e evita Kirchner. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2007. Caderno Economia, B5.

SANT'ANA, Lourival. Paraguaio acusa Brasil de imperialismo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 maio 2007. Caderno Nacional, Diplomacia, A16.

TAMER, Alberto. O Mercosul precisa mudar e já. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 jul. 2007. Caderno Economia, B20.

TOSTA, Wilson. Cúpula do Mercosul: Os Tropeços da Integração. Chávez quer reforma no Mercosul e diz que vai 'descontaminar' o bloco. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jan. 2007. Caderno Economia, B4.

VERÍSSIMO, Renata. Paraguai aceita alta da TEC. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 ago. 2007. Caderno Economia, Comércio Exterior, A15.